

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria de Governo Municipal



Balanço de Gestão

maio de 2004

Este documento apresenta o Balanço de Gestão do governo municipal de São Paulo no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2003 - em alguns casos, sua cobertura se estende até maio de 2004. O objetivo é prestar conta das principais ações do governo e, em especial, dos mais relevantes resultados alcançados no período.

O presente relatório tem como principais fontes de informação os balanços setoriais dos órgãos a seguir.

Administração direta:

SGM - Secretaria de Governo Municipal

SMSM - Secretaria Municipal das Subprefeituras

SEMAB - Secretaria Municipal de Abastecimento

SAS - Secretaria Municipal de Ação Social

SMCIS - Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SDTS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade

SME - Secretaria Municipal de Educação

SEME - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação

SF - Secretaria Municipal de Finanças

SGP - Secretaria Municipal de Gestão Pública

SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano

SIURB - Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana

SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SSO - Secretaria Municipal de Serviços e Obras

SMT - Secretaria Municipal de Transportes

SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais

SVMA - Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente

SJ - Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos

Ouvidoria Geral do Município

Autarquias:

HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal

IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo

SFMSP - Serviço Funerário do Município de São Paulo

Empresas:

Anhembi Turismo e Eventos da Cidade

CET - Companhia de Engenharia de Tráfego

PRODAM - Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo

COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

EMURB - Empresa Municipal de Urbanização

SPTans - São Paulo Transportes

INTRODUÇÃO

Introdução	5
São Paulo em números	11

RECONSTRUÇÃO

Gestão financeira	14
Democratização e descentralização	18
Planejamento urbano – Novos marcos legais	20

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Modernização e racionalização administrativa	23
Valorização do servidor	26
Parcerias	28
Combate à corrupção	29
Novas intervenções	31
Relações internacionais	32

POLÍTICAS SOCIAIS

Educação	34
Inclusão digital e cidadania	39
Abastecimento	41
Desenvolvimento, trabalho e solidariedade	43
Saúde	45
Habitação	49
Assistência social	51
Criança e adolescente	53

ESPORTE, CULTURA, MEIO AMBIENTE E LAZER

Esportes	55
Cultura	57
450 anos	61
Meio ambiente e lazer	62

IGUALDADE E PARTICIPAÇÃO

Igualdade e participação	65
--------------------------	----

INFRA-ESTRUTURA

Transporte, circulação e mobilidade	69
Manutenção da cidade	72
Investimentos em infra-estrutura	75
Programas de desenvolvimento da cidade	78

ANEXO

Tabela - Evolução da Receita Municipal - 2000 a 2004	82
------------------------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

São Paulo: o cenário da reconstrução

No século passado, o Brasil esteve entre os países que apresentaram as mais altas taxas de crescimento da economia, em um processo de desenvolvimento nacional esgotado na década de 80. A partir daí, em cenários de maior ou menor inflação, amarga um tempo de estagnação. Este processo de baixo crescimento acentuou as desigualdades geradas pelo modelo econômico do período militar, agravando seus aspectos mais perversos: a perda de postos de trabalho, o declínio da renda e a restrição de direitos para a maioria da população. Na base destas conseqüências sociais funestas, o novo curso – imposto a partir do governo Collor – debilitou o Estado como agente principal do desenvolvimento e desnacionalizou parte importante do parque produtivo nacional.

As medidas de privatização, desregulamentação e abertura indiscriminada da economia tornaram o país refém dos fluxos internacionais de capital, dependente de altas taxas de juros para preservar o equilíbrio de suas contas e do espaço geopolítico de um sistema apoiado sobre a especulação financeira. Sombrio será o futuro nacional no presente século se não forem alterados os fundamentos da política econômica conduzida durante os anos Collor-FHC, a “herança maldita”, legada ao governo Lula.

A trajetória histórica da cidade de São Paulo também foi abalada.

O município apresentou, durante o século passado, uma das maiores taxas mundiais de expansão econômica e demográfica. Passou de 240 mil habitantes em 1900, para 10,5 milhões em 2000. Milhões de imigrantes e migrantes aqui aportaram em busca de trabalho. Foi uma época de grandes construções e crescimento das atividades produtivas. Mas o caráter anárquico do padrão de desenvolvimento adotado, mesmo apresentando forte dinamismo, também fez da mais pujante cidade do país um dos principais focos da desordem urbana, da desigualdade social e da agressão ambiental.

O crescimento desordenado e excludente da cidade trouxe chagas profundas: a impermeabilização do solo, a ocupação dos fundos de vale, a opção pelo transporte individual em detrimento do coletivo, a ocupação de mananciais e periferias longínquas desprovidas de serviços, cujos bairros mais se assemelham a acampamentos provisórios do que a espaços de vivência urbana.

Com a maioria alijada do fruto do trabalho e a perda de direitos imposta pelos defensores do neoliberalismo, deu-se um processo acelerado de miserabilização da cidade, que atualmente conta com 2.018 favelas, nas quais moram mais de um milhão de habitantes. Os maus governos, comprometidos com a lógica da acumulação desenfreada de riquezas, levaram a cabo um verdadeiro “plano” para a criação de bairros de madeira, proliferação de cortiços, aumento da população de rua e do número de ambulantes, deteriorando importantes regiões da cidade, como o centro velho, e antigos bairros, como a Mooca, Brás, Barra Funda e Campos Elíseos.

Ao mesmo tempo, acompanhando a tendência das grandes metrópoles mundiais, vimos a economia da cidade mudar de perfil, com drástica redução das suas indústrias. Conforme estudo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, na década de 70, cinco a cada 10 empregados estavam nas indústrias. Até 2020, oito a cada 10 ocupados estarão nas chamadas atividades terciárias. Em São Paulo, têm suas sedes os maiores bancos do país e cerca de 300 empresas multinacionais. Mesmo assim, a taxa de desemprego chega a 20% da População Economicamente Ativa (mais de um milhão de pessoas desempregadas).

Este quadro, além do sofrimento da população e da redução da qualidade de vida, foi decisivo para a insegurança pública e fez aumentar a demanda da população por serviços públicos, o que exerceu forte pressão sobre a Prefeitura.

Ao contrário do que freqüentemente é afirmado, São Paulo não é uma ilha com recursos superiores aos de outras cidades. Pelo contrário: apesar da elevação da carga tributária no país, a receita adicional não foi revertida para o orçamento paulistano. Este excedente acabou absorvido pelo orçamento do Estado e, principalmente, da União.

A capital paulista apresenta taxa de retorno decrescente entre o que é arrecadado e o que de fato é aplicado no município. **Em 2001, a taxa de retorno do município de São Paulo foi de 9,5%, ante os 19,9% de 1991, com queda de 52,3%.** Em outras palavras, de cada 10 reais arrecadados com impostos no município de São Paulo em 2001, apenas 95 centavos retornavam ao orçamento municipal, enquanto que, em 1991, retornavam dois de cada 10 reais arrecadados.

A maior apropriação por outras instâncias da federação de recursos originados por São Paulo traz repercussões diretas e indiretas para a maior cidade brasileira. De um lado, a redução do custeio e investimento municipal, com reflexos na qualidade de vida e na renda da população paulistana – especialmente as camadas de menor poder aquisitivo e mais dependentes dos serviços públicos. De outro, o enfraquecimento do poder local induz à queda na atividade econômica e de emprego no município.

Durante o período entre 1991 e 2001, enquanto aumentou a carga tributária, o volume de emprego formal em São Paulo caiu 9,9%, enquanto no plano nacional aumentou 17,2%. O município, que abrigava 15,5% de todos os empregos formais em 1991, despencou para uma participação de 11,9% em 2001. A guerra fiscal produzida por estados e municípios, acrescida da elevação da carga tributária federal e estadual na capital paulista, sem contrapartida para o município, comprometeu a expansão e a qualidade dos serviços públicos, bem como a possibilidade de geração de empregos formais e o enfrentamento da exclusão social.

Este quadro econômico e suas conseqüências sociais tiveram seus efeitos agravados na cidade em decorrência das duas gestões anteriores, que conseguiram a façanha de endividar o

poder municipal (ampliaram de 4 para 20 bilhões de reais), apesar da redução dos investimentos em políticas sociais; da desestruturação e do sucateamento da administração; da aventura na área da saúde, com a criação do PAS ao arrepio do SUS e, por isso, com a convivência dos governos do Estado e da União da época; da falta de manutenção em todas as áreas – vias públicas, iluminação, rede de drenagem -; e da brutal crise no sistema de transportes. Os recursos públicos saíram pelos ralos da má gestão, de grandes obras de interesse para pequenas parcelas da cidade, e em decorrência do endividamento no quadro de uma política econômica de juros altos, da qual eram sócios.

Quando a prefeita Marta Suplicy iniciou seu governo, em janeiro de 2001, este era o quadro de dificuldades que se apresentava, além da forte oposição dos antigos partidos da ordem e de parte da mídia conservadora, saudosa dos tempos anteriores, inconformados com a derrota eleitoral de 2000. Seis eram, em síntese, os desafios a vencer, para que fossem criadas as bases para uma reversão de expectativa quanto ao futuro da cidade: recuperação da capacidade de operação do poder público municipal; democratização e descentralização da gestão; ordenamento urbanístico e dos espaços da cidade; recuperação da credibilidade e capacidade financeira da Prefeitura; revitalização da cidade, por meio de melhoria dos serviços de manutenção e investimentos; e, principalmente, forte compromisso com as políticas sociais, ou seja, governar de frente para a cidade e seu povo, priorizando os mais necessitados, e com a preocupação para com o conjunto da cidade, indispensável para seu progresso econômico.

Recuperação da capacidade de operação do poder público municipal

Essa capacidade foi anulada pelas duas últimas gestões, seguidoras do pensamento neoliberal predominante em escala planetária a partir dos anos 80. Em nome da liquidez do tesouro – centro nevrálgico para a atração de capitais e a segurança dos investimentos na ciranda financeira - seguiram o manual orientado pelo corte de gastos públicos, com redução na oferta de serviços aos mais pobres, deixando nas mãos do mercado o controle da economia e das políticas antes amparadas pelo poder público.

O reflexo desse quadro em São Paulo ficou evidente com a crise nos serviços de educação e saúde. A rede de ensino virou sucata, os professores tiveram seus salários arrochados, muitos estudantes acabaram apinhados em escolas de lata. O sistema sanitário foi desorganizado pela privatização embutida no modelo do PAS, um arremedo de plano particular de saúde que naufragou pelo alto custo e pela corrupção endêmica. O transporte público viveu a pior fase de deterioração na sua história, praticamente controlado por máfias sindicais e empresariais. A população de rua e o comércio irregular cresceram. A malha viária e a rede de drena

gem foram deterioradas. Os órgãos públicos se esvaziaram, especialmente as administrações regionais, destaque nas páginas policiais. Os cidadãos paulistanos, sobretudo os mais pobres, pagaram elevado preço pelo desatino da política neoliberal.

A gestão que se iniciou em 2001 vem trabalhando pela recuperação da capacidade de ação do poder público como redistribuidor de renda e organizador do espaço urbano. Os exemplos mais significativos desta nova orientação estão na ampliação e qualidade dos serviços de educação, na implantação do SUS, na reabertura e ampliação dos equipamentos culturais e esportivos, na modernização dos procedimentos administrativos, na descentralização da gestão, no novo Plano Diretor da cidade, na valorização do servidor público e na normalização dos serviços antes atolados em intermináveis contratações de emergência, como os setores de limpeza pública e transportes.

Democratização e descentralização da gestão

Este caminho foi trilhado através da criação das 31 subprefeituras, que substituíram as administrações regionais e incorporaram funções das secretarias, cuja tendência é atuarem cada vez mais como órgãos normativos, diretivos e de coordenação de grandes obras ou intervenções urbanas, deixando a parte operacional do dia-a-dia para os subprefeitos. Trata-se do maior processo de descentralização de gestão já visto no país. Progressivamente, a população vem resolvendo suas demandas com o poder municipal de forma regionalizada, mais perto de sua casa, deixando a própria Prefeitura mais sujeita ao controle e às legítimas pressões sociais para atendimento de suas necessidades.

A implantação do Orçamento Participativo (OP) e a criação da Ouvidoria Municipal completam o esforço de democratização, envolvendo a participação da população na definição de investimentos municipais (OP) e criando canal autônomo de fiscalização das ações da administração (Ouvidoria).

Ordenamento urbanístico e dos espaços da cidade

Essa opção foi caracterizada pelo novo Plano Diretor da Cidade e os planos diretores regionais para cada uma das 31 subprefeituras (em discussão na Câmara Municipal); pelo projeto de lei de zoneamento e de uso e ocupação do solo; pela lei sobre o mobiliário urbano e sobre o uso do subsolo e do espaço aéreo; e pela regularização fundiária nas áreas de loteamento irregular/clandestino e das áreas de favelas, onde 40 mil títulos de posse estão sendo entregues à população. Trata-se de esforço efetivo para dotar a cidade de diretrizes para nortear seu crescimento, disciplinar a relação entre os diversos atores municipais, e de transformar a chamada cidade informal – favelas e loteamentos - em bairros, em espaços de vida.

Recuperação da capacidade financeira da Prefeitura

Embora não haja solução adequada sem a alteração das regras tributárias que penalizam São Paulo e sem a retomada do crescimento econômico, o governo municipal promoveu ações para moralizar o uso do dinheiro público. A primeira orientação foi **fazer mais com menos**.

Foi implantado o IPTU progressivo: hoje em São Paulo quem tem mais, paga mais, e quem tem pouco ou nada, não paga. São mais de um milhão os imóveis isentos, 800 mil pagando menos do que a alíquota anterior de 1%, dinheiro que podem gastar no comércio e em serviços da própria cidade, contribuindo assim para a reanimação da economia local, especialmente das regiões periféricas.

Apesar deste esforço e da implantação de taxas de iluminação (vigente em centenas de municípios do Brasil) e de lixo, indispensável para resolver um problema sem solução anterior planejada (a saturação dos dois aterros sanitários da cidade), fruto do desaquecimento da economia, a receita municipal cresceu 4% em relação a 1996 (último ano do governo Maluf), sendo que a partir de 2001 (fruto de acordo Pitta-FHC) a cidade passou a ser onerada pelo desembolso mensal de 13% da receita líquida, para pagamento de dívidas passadas (o que equivale a R\$ 100 milhões por mês, mais de R\$ 1 bilhão/ano). No final, a orientação de fazer mais com menos pode ser comprovada – exemplos são os 21 CEUs (Centros Educacionais Unificados); os corredores de ônibus; os programas sociais que complementam renda para 200 mil famílias; a melhoria da manutenção da cidade; o prolongamento da Av. Radial Leste, de Itaquera até Guaianazes; e muitas obras que geram emprego, recuperam, embelezam e melhoram o transporte público e a qualidade de vida na cidade.

Revitalização da cidade por meio de manutenção e investimentos

Neste terreno, são múltiplas as ações: a recuperação da malha viária; a pavimentação de 150 km de ruas de terra; a construção em três anos de sete dos 14 piscinões existentes; a revitalização do centro velho, que agora dá prazer de ver e mostrar para os filhos e visitantes; a construção de faixas exclusivas de ônibus e a recuperação de corredores (Santo Amaro e 9 de Julho); a recuperação e construção de centros de bairro nas 31 subprefeituras; o Plano de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste, do qual fazem parte a duplicação da avenida Radial Leste, que chegará a Guaianazes, e o prolongamento da Jacu Pêssego, facilitando a comunicação entre os bairros da zona Leste e o ABC, a Baixada Santista e Guarulhos; a implantação do bilhete único; a renovação da frota de ônibus; a reforma e embelezamento dos parques municipais; e a implantação de 105 telecentros (espaços públicos de inclusão digital) à disposição da população pobre.

Compromisso com as políticas sociais

A atual administração ampliou os investimentos em educação, o que permitiu a construção dos 21 CEUs, com 50 mil novas vagas, além de outras 150 mil vagas abertas em escolas convencionais, das quais 70 mil novas vagas em creches para nossas crianças, em equipamentos de qualidade, integradores, inseridos na comunidade; o fornecimento de uniformes a um milhão de crianças e de transporte escolar a mais de 100 mil; e a ampliação e a melhoria na qualidade da merenda escolar. Essas medidas já tiveram, como um de seus reflexos, a queda pela metade da taxa de evasão escolar. Isto só foi possível porque o investimento em educação passou de 24% (2000) para 33% (2003) do orçamento municipal.

Anualmente são aportados mais de 15% do orçamento em saúde, o que permitiu acabar com o PAS; implantar 676 equipes de saúde da família; criar um sistema de atendimento de urgência (SAMU); controlar a Dengue; iniciar a construção do Hospital da Cidade Tiradentes; municipalizar as unidades de saúde do estado e; implantar a gestão plena dos serviços de saúde, criando os fundamentos para implementação do sistema de saúde público com a qualidade e na quantidade que a cidade reclama.

Foi iniciado o mais amplo e significativo programa social do mundo mantido por uma cidade, atendendo a mais de um milhão de pessoas com o *Renda Mínima*, o Bolsa Trabalho, o Começar de Novo e o São Paulo Confia (Banco do Povo), e outras iniciativas inovadoras, além de uma política audaz e solidária no trato com a população de rua e carrinheiros (Oficina Boracea), por meio da maior rede de proteção social que esta cidade já teve.

A regularização fundiária de 40 mil famílias moradoras de favelas em áreas municipais; o Programa Bairro Legal, que urbanizou áreas em favelas e loteamentos antes irregulares, atingindo 144 mil famílias; e a construção de 14 mil unidades habitacionais em regime de mutirão, são exemplos da intervenção na área habitacional em três anos.

A seriedade, competência e dinamismo da atual administração possibilitou ainda uma firme política de parcerias com a iniciativa privada, que pôde ser vista nas comemorações dos 450 anos; na fonte e no novo anfiteatro do Ibirapuera (em construção); na recuperação da avenida 9 de Julho; na implantação dos telecentros e da Oficina Boracea; na recuperação de ruas de comércio (Itaim, Bom Retiro); e na nova sede da Prefeitura.

Enfim, a cidade foi retirada das páginas policiais e inserida em um processo de reversão da política neoliberal, construindo os pilares de um novo tipo de desenvolvimento urbano, de relação com os agentes econômicos, e inserida no cenário internacional, cujo reflexo foi a eleição da Prefeita, no início de maio, para presidir a recém criada entidade que representa as principais e maiores cidades do mundo – “Cidades e Governos Locais Unidos” (CGLU).

Aspectos Territoriais e Demografia

1.525 km² é a área total do município (IBGE, 2000)

10.804.867 é a população projetada para o ano de 2004 (Sempla, 2003).

70,66 anos é a esperança de vida ao nascer (PNUD-IPEA-FJP, 2000)

0,88% é a taxa média de crescimento demográfico anual entre 1991 e 2000 (IBGE, 2000)

Política

7.598.563 é o total de eleitores da cidade (TRE-SP, 2003)

Habitação

3,4 milhões é o número de domicílios (Sehab, 2000)

3,43 pessoas é a média de moradores por domicílio (IBGE, 2000)

2.018 é a quantidade de favelas (Sehab, 2000)

1,16 milhões é a população que mora em favelas (Sehab, 2000)

Educação

4,88% é a taxa de analfabetismo (IBGE, 2000)

877 é o total creches da rede municipal (SME, 2004)

455 é o total de escolas municipais de ensino infantil (SME, 2004)

454 é o total de escolas municipais de ensino fundamental (SME, 2004)

1,4 milhões é o total de refeições diárias servidas pela rede municipal (Semab, 2003)

Saúde

15,08 é a Taxa de Mortalidade Infantil (FSEADE, 2002)

55,1 é a Taxa de Mortalidade Materna (CMM, 2001)

15 é o número de hospitais municipais (SMS, 2004)

385 é o total de Unidades Básicas de Saúde Municipais (SMS, 2004)

Finanças

R\$ 14,3 bilhões é o Orçamento da Prefeitura aprovado pela Câmara (SMF, 2004)

R\$ 1.480 é o rendimento médio do paulistano (PNUD-IPEA-FJP, 2000)

1,117 milhões é o total de imóveis isentos de IPTU (SMF, 2004)

14% é o Produto Interno do município em relação ao PIB Nacional (PMSP- IPEA- BACEN, 2003)

R\$ 540 milhões é o investimento em programas sociais de 2001 a 2003 (SDTS, 2003)

Infra-estrutura

137 é o total de viadutos (Siurb, 2003)

47 é o número de pontes (Siurb, 2003)

46 mil é o total de logradouros (Sempla, 2000)

445.980 é o total dos postes de iluminação (Ilume, 2003)

Transportes

15 mil é o total da frota de ônibus urbanos (SPTrans, 2004)

32,7 mil é o total de táxis (SPTrans, 2004)

1.291 é o número de linhas de ônibus (SPTrans, 2004)

5.128.234 é o total de veículos cadastrados (Detran, 2000).

Meio Ambiente

14,75 km² é a área de parques municipais (SVMA, 2003)

87,2 % é a taxa de domicílios ligados à rede de esgoto ou pluvial (IBGE, 2000)

67% é o índice de tratamento dos esgotos coletados (IBGE, 2000)

98,6% é a taxa de domicílios ligados à rede geral de água (IBGE, 2000)

RECONSTRUÇÃO

Com a mesma arrecadação, cidade fez muito mais

No início da atual gestão, a situação financeira do município era caótica e a capacidade de investimentos estava deteriorada. Além das dívidas com fornecedores, o governo anterior comprometeu 13% das receitas municipais, a partir de 2001, com amortização de dívida junto à União.

A atual administração renegociou seu passivo com credores e contratos com fornecedores, gerando economia de recursos municipais. Implementou novos sistemas de gestão e execução orçamentárias que propiciaram mais de R\$ 100 milhões anuais em receitas provenientes de aplicações financeiras. Reduziu o custeio da administra-

ção direta e das empresas municipais em cerca de R\$ 70 milhões/ano. Modernizou os sistemas de controle e execução das contas municipais, facilitando o pagamento das dívidas dos munícipes com a Prefeitura e combatendo a corrupção. A administração também obteve empréstimos essenciais para os grandes investimentos em infra-estrutura que estão em andamento na cidade e garantiu justiça fiscal na cobrança de tributos municipais.

Tudo isso fez com que São Paulo, apesar das dificuldades econômicas em todo o país, mantivesse seu orçamento estável. Mesmo tendo de pagar dívidas, a Prefeitura recuperou a cidade; criou programas sociais que beneficiam 320 mil famílias; ergueu 21 CEUs; criou 200 mil vagas nas escolas; distribuiu uniformes e material escolar para 1 milhão de alunos por ano desde 2002; viabilizou o transporte escolar para 102 mil alunos; contratou mais de 30 mil servidores através de concursos públicos; implantou 676 equipes do Programa Saúde da Família; construiu 7 piscinões; pavimentou 150 km de ruas; organizou 31 subprefeituras, recuperando a capacidade de ação do poder local; está revitalizando o centro da cidade; aumentou o efetivo da guarda municipal em 2.500 guardas; fez o novo Plano Diretor; melhorou a limpeza urbana.

Evolução da receita orçamentária

Em milhões, atualizado para janeiro de 2004 - base IPCA

1996 - R\$ 10.415

2000 - R\$ 10.520

2001 - R\$ 11.099

2002 - R\$ 10.833

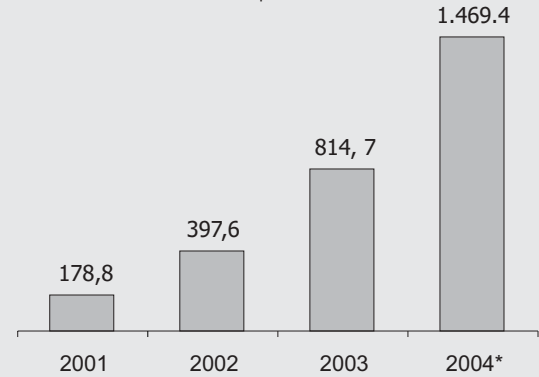
2003 - R\$ 10.829

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Investimentos crescem ano a ano

Na década de 90, os limites de endividamento do município foram ampliados. O peso deste endividamento recaiu principalmente sobre a atual administração municipal, que foi obrigada a cumprir acordo para transferir à União 13% da receita líquida orçamentária anual a título de pagamento da dívida pública. Este compromisso foi estabelecido pelos governos federal e municipal em gestões anteriores. Nos anos precedentes ao Governo da Reconstrução, até 2000, o pagamento da dívida pública comprometia entre 6 e 8% da receita líquida municipal.

Investimentos em obras e instalações
Em R\$ milhões



Valores atualizados para janeiro de 2004

* previsão para 2004

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Mesmo diante da grande pressão da dívida sobre o orçamento municipal, o atual governo vem aumentando ano a ano os investimentos para ampliar a infra-estrutura urbana e de serviços públicos municipais.

Renegociação de dívida traz economia ao Tesouro

O maior desafio da atual gestão foi controlar a dívida pública municipal. Para tanto, foi montado um detalhado esquema de esclarecimento sobre todos os aspectos da dívida: origens, prazos, credores, vencimentos, juros, multas, possibilidades de renegociação, parcelas já pagas. Foram efetuados todos os pagamentos que estavam dentro das possibilidades orçamentárias da Prefeitura.

O resultado é que a Prefeitura deixou de pagar quantias consideráveis referentes a juros e multas. Apenas na renegociação com o Banespa, por exemplo, a municipalidade reduziu uma dívida de R\$ 800 milhões para R\$ 156 milhões, além de outros benefícios obtidos na negociação. O Executivo municipal recobrou a credibilidade junto a fornecedores e a instituições de crédito.

Progressividade promove justiça fiscal e mantém receita

Com a progressividade das alíquotas do IPTU, os 200 mil maiores contribuintes deste tributo passaram a responder por 70% da sua arrecadação. Em contrapartida, mais de 1,1 milhão de imóveis ficaram isentos e cerca de 800 mil tiveram redução no imposto.

Pelas regras atuais, estão isentos do IPTU:

* imóvel comercial ou residencial com valor de até R\$ 21.700;

- * imóvel residencial com valor de até R\$ 54.250;
- * imóvel único de propriedade de aposentado que tenha rendimentos de até três salários mínimos.

As mudanças no IPTU promoveram a justiça fiscal e não o aumento das receitas tributárias. A receita proveniente da arrecadação do IPTU manteve-se praticamente a mesma, em torno de 18% da receita total.

Também o ITBI sofreu importantes alterações no sentido de se promover a justiça fiscal. Pelas atuais regras, estão isentos do ITBI:

- * imóvel de até R\$ 30 mil, sendo que nesta faixa encontram-se 25% das transações de compra e venda de imóveis realizadas no Município;
- * imóvel destinado à habitação de interesse social, implicando na redução de 6% no preço da unidade habitacional.

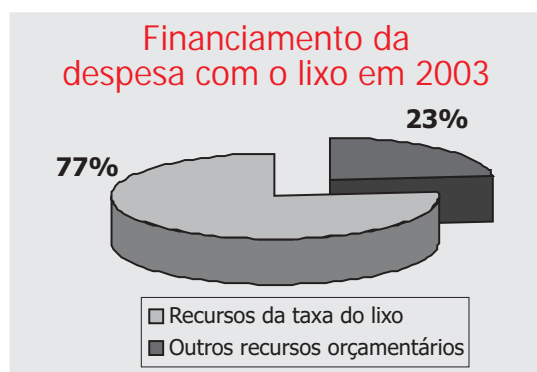
Mudanças no ISS reduzem cobrança das atividades de interesse social e aumentam imposto dos bancos

Nesta gestão foram adotadas mudanças na cobrança do ISS. Isso significou reduções de alíquota para várias categorias (de 5% para 2%), além de outras medidas norteadas pelo princípio da justiça fiscal.

Houve, por exemplo, redução da alíquota para atividades de interesse social (grupos de saúde e educação, incluindo transporte escolar) e para instituições de ensino superior, com a contrapartida de oferta de vagas. Por outro lado, houve aumento de 5% para 6% na alíquota do ISS para instituições financeiras. Estas mudanças, no entanto, não significaram alteração na arrecadação desse tributo, que se manteve praticamente estável: R\$ 2,23 bilhões em 2003, equivalente a 21% das receitas municipais.

Taxa do lixo custeia 23% da despesa com o lixo

Todas as taxas arrecadadas pela Prefeitura representam cerca de 3% da receita total do orçamento público municipal. Os R\$ 124 milhões arrecadados com a taxa do lixo em 2003 foram bem menores que as despesas com o lixo no mesmo ano, que totalizaram R\$ 530 milhões. Além disso, depois que a discussão sobre a cobrança da taxa começou, a coleta seletiva aumentou, chegando a 70 toneladas por dia, em abril deste ano.



300 mil consumidores estão isentos da taxa de iluminação pública

Após a aprovação pelo Senado e pela Câmara dos Deputados da emenda constitucional (artigo 149-A da Constituição da República) que permite aos municípios instituir a Cosip (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública), a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a cobrança deste tributo por meio da lei 13.479, de 31/12/2002.

A Cosip visa custear os serviços de iluminação pública no município que abrangem o consumo de energia de vias, logradouros e demais bens públicos, bem como a instalação e a manutenção de novos pontos de iluminação. Esta gestão está colocando 40 mil novos pontos de luz e substituindo as lâmpadas da cidade por outras mais econômicas e potentes.

O custo total do município com a atividade é de aproximadamente R\$ 150 milhões, sendo que a arrecadação da Cosip em 2003 foi de cerca de R\$ 36,7 milhões, que representam 24,5% do custo desse serviço. Estão isentos de pagar a Cosip todos os que consomem mensalmente menos de 76 quilowatts, ou seja, aproximadamente 300 mil consumidores.

Mudanças moralizam a cobrança e facilitam o pagamento de dívidas

A recuperação da governabilidade administrativa da Prefeitura foi processada simultaneamente à implantação de medidas para moralização e justiça nos procedimentos de cobrança dos impostos.

Antes era cobrada uma multa de 20% sobre tributos municipais em atraso, ainda que a mora fosse de apenas um dia. Este critério foi alterado, com a adoção de uma multa diária de 0,33%, até o máximo de 20%. Adotou-se um desconto de 40% no valor das multas, desde que precedido pelo reconhecimento do débito e pedido de parcelamento. Também foi criado o PEP (Programa Especial de Parcelamento), que oferece condições favoráveis de pagamento dos débitos de imóveis residenciais cujo valor não ultrapasse R\$ 120 mil.

Além disso, foi instituído o ISS eletrônico, que permite a declaração pela internet dos serviços prestados. As certidões negativas passaram a ser obtidas pelo mesmo meio e sem custos. Por fim, o Documento Único facilita a cobrança e o pagamento da dívida ativa.

Ao assumir a Prefeitura, em 2001, o maior desafio do atual governo foi recuperar a capacidade operativa do poder municipal, destruída pelas duas gestões anteriores. As finanças estavam arrasadas, as crianças em escolas de lata, a saúde nas mãos do PAS, os serviços de limpeza e manutenção da cidade absolutamente reduzidos, o transporte em sua pior crise. O abandono fez proliferar na cidade máfias de todos os tipos: ambulantes, perueiros, fiscais. A população via na Prefeitura um sinônimo de incompetência e corrupção.

A base do processo de reversão desse quadro é uma mudança estrutural na lógica do poder municipal: a descentralização e a democratização da administração. Isso permite que a população tenha acesso à Prefeitura, interfira no processo de decisão e fiscalize sua atuação.

31 subprefeituras são criadas em São Paulo

Prevista pela Lei Orgânica do Município desde 1990, a implementação das subprefeituras foi concretizada pelo Governo da Reconstrução com a regulamentação do novo modelo de gestão descentralizada da Prefeitura de São Paulo pela lei 13.399, de 1º de agosto de 2002. Uma cidade de mais de 10,5 milhões de habitantes não podia mais ser administrada de forma tão centralizada e distante da população.

As 31 subprefeituras dão origem a um novo ordenamento dos serviços municipais: as sedes foram adequadas, 2.000 computadores instalados, mais de 84 mil servidores transferidos e 2.000 deles capacitados em diferentes áreas. Assim, as subprefeituras assumiram os serviços e as verbas das secretarias, a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos municipais, o atendimento à população nas Praças de Atendimento, um orçamento de R\$ 3 bilhões e passaram a fazer o planejamento integrado entre todas as áreas descentralizadas. Também foram instituídos o Orçamento Participativo e os Planos Diretores Regionais em todas as regiões.

80 mil pessoas participam da discussão do orçamento da cidade em 2003

O Orçamento Participativo permite que a população discuta e decida a aplicação de recursos e as políticas públicas da cidade, cooperando com o Executivo e o Legislativo na decisão sobre o uso dos recursos públicos. Esse importante processo foi introduzido na cidade pela atual administração e conta com um número cada vez maior de participantes.

Em 2001, as 191 assembléias contaram com 34 mil pessoas para discutir os investimentos em educação e saúde. No ano seguinte, foram realizadas 450 reuniões, com a participação de mais de 55 mil pessoas que opinaram sobre as duas áreas já apreciadas no ano anterior e elegeram em cada região uma terceira área de prioridades.

Em 2003, o Orçamento Participativo ocorreu de maneira descentralizadas nas 31 subprefeituras, com a participação de cerca de 80 mil pessoas em assembléias, reuniões, plenárias e conferências.

Ouvidoria é espaço aberto para críticas e denúncias

Criada no primeiro ano da atual gestão, a Ouvidoria Geral do Município é um observatório da sociedade que viabiliza a apuração de reclamações e denúncias sobre os serviços públicos prestados pelos vários órgãos da administração. Ela foi criada pela lei 13.167, de 5 de julho de 2001.

Regulamentação da ocupação urbana é modernizada após 30 anos

A retomada da capacidade de intervenção do município passou pela necessidade de reformular a legislação arcaica e burocratizadora, que favorecia a prática de corrupção. Toda essa estrutura legal está sendo modificada de modo a organizar o espaço urbano.

Zoneamento

Foram encaminhadas à Câmara Municipal as diretrizes para uma nova lei de zoneamento. A proposta integra o conjunto de leis que vai modernizar a ocupação urbana em São Paulo, perseguida pela Prefeitura.

Subsolo e espaço aéreo

Havia anos o subsolo da cidade era usado de forma anárquica pelas concessionárias de serviços públicos e tinha se transformado num emaranhado de tubulações, redes e fibras óticas. Com a regulamentação do uso do subsolo, por meio da lei 13.167, de 5 de julho de 2001, o município de São Paulo passou a direcionar suas prioridades. A distribuição aleatória e sem controle das antenas de telefonia móvel também foi estancada com a lei 13.756, de 16 de janeiro de 2004, que regulamenta a instalação desses transmissores.

Plano Diretor estimula valorização de obras de interesse social

O novo Plano Diretor Estratégico foi sancionado em setembro de 2002 (lei 13.430) depois de ampla discussão pública, substituindo, após 14 anos, o velho plano de concepção autoritária, aprovado em 1988 por decurso de prazo e limitado pelas discussões de gabinete.

Sua aplicação impedirá que a cidade continue crescendo no sentido das áreas de proteção dos mananciais. Em contrapartida, poderá atrair novos moradores para o centro e para os bairros mais antigos. Em algumas regiões serão criados pólos de desenvolvimento.

Essa nova lei estimula a transferência da valorização mobiliária para obras de interesse social e promove mecanismos de legalização dos loteamentos clandestinos e favelas, amparados pelo Estatuto da Cidade (legislação federal que concede aos municípios segurança jurídica para regularização da posse do terreno de favelas em áreas privadas).

Através da outorga onerosa, poderão ser cobradas taxas diferenciadas para autorizar construções novas em diferentes áreas da cidade, de forma que se estimule o crescimento em áreas de baixa densidade populacional e se desestimule o crescimento em áreas saturadas.

O fim da cidade ilegal

Depois de 50 anos, a Prefeitura volta a participar de um amplo projeto de cartografia da cidade, o Mapeamento Digital do Município de São Paulo, maior trabalho desse tipo já feito em toda a América do Sul. Isso permitirá o monitoramento preciso da cidade, com o fim da ilegalidade.

Até agora trabalhava-se com dados de 1954, da Cartografia Vasp-Cruzeiro, e os de 1973, levantados pelo antigo Gegran, do governo estadual, que tiveram apenas atualizações parciais em 1986. O projeto iniciado pela Prefeitura se reveste de grande complexidade, em virtude das dimensões da cidade e, principalmente, das características da ocupação do seu território, com alta densidade no centro e ocupações irregulares nas áreas periféricas.

O resultado será um Sistema de Informações Georreferenciadas que oferecerá conhecimento da cidade real - ou seja, das várias partes do conglomerado urbano que não estão registradas nos cadastros e de áreas públicas de difícil controle. Outro benefício está no atendimento direto aos cidadãos, que será ampliado nas 31 subprefeituras.

O trabalho, que está em fase adiantada de execução, permitirá a vinculação dessa nova base cartográfica digital aos cadastros tributário e de logradouros da Secretaria das Finanças. Será possível também a integração dos cadastros da Prefeitura.

ADMINISTRAÇÃO

Informatização agiliza o atendimento à população

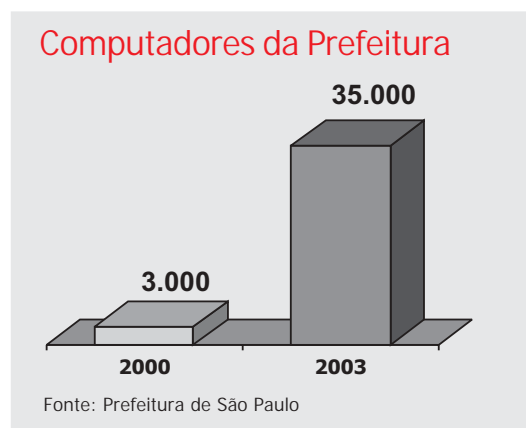
Para melhorar a eficiência dos serviços e do atendimento à população, a máquina administrativa foi modernizada e reformulada com a ampliação e humanização dos espaços de trabalho interno e de atendimento ao público, a informatização de praticamente todas as etapas de trabalho nos diversos órgãos, a demissão e o remanejamento dos servidores improdutivos e novas contratações para serviços prioritários. Isso gerou maior produtividade do trabalho e maior agilidade no atendimento ao público, com a redução de prazos.

Prefeitura é equipada com computadores

Quando o Governo da Reconstrução começou, o parque tecnológico da administração municipal estava completamente defasado, com tecnologia obsoleta e predomínio de sistemas com vida média de 20 anos. Eram 3.000 micros em toda a estrutura da Prefeitura e uma grande quantidade de terminais sem memória.

Em três anos, essa realidade mudou. Foram comprados mais de 35 mil micros de última geração, criada a Rede Municipal de Comunicação e ampliada a capacidade da Internet com conexões de alta velocidade (banda larga). Os sistemas passaram por grande renovação.

As escolas municipais foram equipadas com laboratórios novos, receberam 17,8 mil computadores, 3.593 impressoras, entre outros periféricos. Cerca de 12 mil servidores da Educação fizeram cursos de capacitação em informática.



Gasto da Prodam com salários cai pela metade

Quando esta administração começou, a Prodam possuía um quadro desestruturado, com muitos funcionários fantasmas, altos salários, pouca produção e um alto custo para a municipalidade. A empresa tinha, em setembro de 2000, 1.712 funcionários, que custavam R\$ 9,3 milhões mensais. Em agosto de 2003, o quadro da Prodam já havia sido reduzido para 876 pessoas, e a folha de pagamento passou a consumir R\$ 4,3 milhões.

Criada a Escola do Servidor Municipal para melhorar o atendimento aos cidadãos

A Escola de Formação do Servidor Público Municipal, inaugurada em outubro de 2001, concretiza a política do governo de capacitação e desenvolvimento permanente dos servidores municipais, buscando como resultado a qualidade na prestação dos serviços da Prefeitura.

Cerca de 12 mil servidores das diversas secretarias e subprefeituras participaram das atividades formativas da Escola com destaque para os cursos Excelência no Atendimento ao Cidadão, Tecnologia da Informação e Gestão de Equipes para Resultados. Atenção especial tem sido dispensada às subprefeituras com a qualificação dos seus servidores em gestão, competência em compras, administração e finanças, além dos treinamentos em atendimento ao cidadão para os funcionários das Praças de Atendimento.

Praças de Atendimento oferecem 150 serviços em 28 regiões

O atendimento à população passou a contar com 28 Praças de Atendimento para esclarecer e encaminhar as dúvidas e demandas da comunidade. Mais três Praças de Atendimento serão inauguradas em 2004.

As Praças seguem um mesmo padrão visual e contam com funcionários uniformizados e treinados para esclarecer dúvidas e dar encaminhamento às demandas da população. Cada Praça oferece 150 serviços entre alvarás e certificados, obras e serviços, consulta e processo, uso e ocupação do solo, vistoria e fiscalização. Qualquer pessoa pode consultar o Guia de Serviços das Praças de Atendimento, disponível também na Internet. As Praças de Atendimento inauguram um novo conceito em atendimento público, mais ágil, eficiente e transparente, rompendo com a antiga tradição burocrática. Muitos processos foram simplificados e padronizados em todas as subprefeituras.

Secretaria de Finanças melhora atendimento

O serviço de atendimento da Secretaria de Finanças foi remodelado, está mais ágil e agora conta com cadeiras, televisões e senhas. Certidões, que demoravam 15 dias, passaram a ficar prontas em apenas quatro. Antes, o serviço era alvo de 20 reclamações diárias, agora a média é de apenas uma queixa por dia.

Em junho de 2004, o serviço passará por nova mudança, agilizando ainda mais o atendimento à população. Uma Praça de Atendimento será inaugurada no Viaduto do Chá. Lá todos os pedidos, como revisão de impostos e certidões, serão atendidos pelo mesmo funcionário e haverá equipamentos de informática que permitirão realizar os serviços no local. Até o final do ano, o atendimento da Secretaria de Finanças será descentralizado, ocorrendo também nas subprefeituras.

Central 156 recebe 700 mil ligações por mês

Como parte integrante de uma nova política de atendimento ao munícipe, com respeito e cidadania, foi criado o programa São Paulo Atende que, através da Central 156, de funcionamento ininterrupto, recebe 700 mil ligações por mês com pedidos de informações e solicitações de serviços. Antes de a implementação da central, cada secretaria recebia reclamações e sugestões. Atualmente são 22 serviços, com 1.112 assuntos diferentes, divididos entre informações, solicitações de serviços, sugestões e reclamações sobre serviços municipais, envolvendo 500 profissionais.

Os assuntos que geram mais ligações são solicitações para troca de lâmpadas queimadas, reclamações sobre intervalo das linhas de ônibus, reclamações por falta de coleta de lixo e desrespeito ao silêncio urbano, demandas para poda de árvores e tapa-buraco, pedidos de desinsetização e desratização de áreas públicas.

As chamadas com solicitações de serviços geram protocolos que são encaminhados aos órgãos responsáveis para resolução. No primeiro bimestre de 2004 foram gerados, em média, 75 mil protocolos mensais. O tempo médio de espera de cada ligação foi de oito segundos em novembro de 2003. A Central 156 atende a 95% das ligações em até 30 segundos. O prazo de atendimento do serviço solicitado varia de órgão para órgão, entre 24 horas e 30 dias. Cerca de 65% das chamadas são de pedido de informação e todas são resolvidas na hora.

Anhembi reduz o número de funcionários

Quando o Governo da Reconstrução assumiu, a Anhembi Turismo e Eventos tinha 832 funcionários e 99% da receita da empresa estava comprometida com a folha de pagamento. Foram desligados 400 funcionários que estavam em situação irregular, com uma economia de mais de 50% na folha de pagamento. Havia funcionários fantasmas, duplicidade de vínculos, afastamentos e empréstimos de pessoal dentro da própria Prefeitura. Com a redução do quadro de funcionários, a folha de pagamento consome atualmente R\$ 1,88 milhões - antes eram R\$ 4,5 milhões -, o que compromete 30% da receita da empresa, que deixou de operar no vermelho.

Em janeiro de 2001, primeiro mês desta gestão, a Anhembi e a Alcantara Machado, então dona do "esqueleto" do hotel no Complexo Anhembi, assinaram em conjunto com a Prefeita Marta Suplicy, um protocolo de intenções para possibilitar a retomada da obra, parada havia 30 anos. Tratou-se de um documento histórico de união de esforços. Com a empresa saneada e a credibilidade desta gestão, as cotas do hotel, o maior da América do Sul com 780 apartamentos, foram vendidas em 8 horas, ao contrário do que acontecia nas gestões anteriores. A construção e inauguração do hotel, em 30 março de 2004, vieram por terminar definitivamente o projeto inicial do Complexo Anhembi.

Servidores participam de decisões e implementam novas políticas

O atual governo trouxe os servidores municipais de volta à posição de co-participes das decisões e de protagonistas na implementação das políticas e programas de desenvolvimento.

A administração, com este objetivo, fez um censo para identificar o perfil profissional e educacional do funcionalismo, colocou em dia o pagamento de reajustes e adicionais de férias que foram atrasados pela gestão anterior.

Foram adotadas medidas para regularizar os salários, melhorar benefícios, possibilitar o desenvolvimento na carreira e as oportunidades de qualificação e requalificação profissional. O Governo da Reconstrução também estabeleceu o Plano de Carreiras, Cargos e Salários para permitir o desenvolvimento profissional no quadro do funcionalismo e recuperar os salários.

Além disso, os servidores com remuneração de até três salários mínimos passaram a receber cesta-básica. O atendimento no Hospital do Servidor Público Municipal foi aperfeiçoado.

O Governo da Reconstrução promoveu ainda regularização da situação previdenciária do município (adequando os valores pagos às regras do INSS), negociação do débito junto ao INSS e auditorias em aposentadorias e pensões.

Sistema de Negociação Permanente constrói novas relações de trabalho na Prefeitura

Iniciativa desta administração, o Sinp (Sistema de Negociação Permanente) é resultado de um amplo processo de discussão que começou no início da gestão, envolvendo mais de 30 entidades de classe. Criado no início de 2002, é um convênio que funciona como um estatuto de negociação para 160 mil servidores, prevê uma mesa central de negociação em que se discutem questões como remuneração, avaliação de desempenho, condições de trabalho e propostas para melhoria dos serviços e das condições de vida dos funcionários públicos. O Sinp tem ainda um ombudsman e conta com a atuação de um fórum sindical que aglutina a participação das entidades de classe dos servidores.

Concursos admitem mais de 30 mil

Entre 2001 e 2004, mais de 30 mil servidores ingressaram na Prefeitura através de concursos. Na Saúde, quase 4.000 servidores concursados, ingressaram no serviço municipal, entre médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem. Na Educação, há mais de 11 mil novos professores concursados, sem considerar o pessoal empregado na área de apoio, que somam quase 13 mil profissionais. Na área de segurança urbana, ingressaram 2.500 guardas civis, viabilizando a segurança em todas as escolas. Para implantar as Praças de Atendimento, estão ingressando novos auxiliares administrativos, via concurso, nas 31 subprefeituras. Ainda para este ano, está previsto o ingresso de mais 2.300 servidores concursados em diversas áreas de saúde.

Melhoria salarial para todo funcionalismo

Em dezembro de 2000 o piso salarial dos servidores municipais era de R\$ 260,00 e hoje é de R\$ 429,00. Para o pessoal de nível médio, o piso subiu de R\$ 403,23, em janeiro de 2001, para os atuais R\$ 630,00. Com a implantação do PCCS (Plano de Carreiras, Cargos e Salários), todas as categorias obtiveram melhorias salariais, resultando em crescimento da massa salarial da Prefeitura.



15 mil servidores retomam funções na Saúde

Com a extinção do PAS, 5.000 funcionários da Saúde foram reincorporados. Outros 10 mil que estavam em desvio de função foram remanejados. O governo municipal viabilizou qualificação para profissionais da área. Trinta por cento dos gerentes das unidades de saúde e 60% dos coordenadores fizeram curso de qualificação. Cerca de 1.200 profissionais, entre médicos e enfermeiros, foram capacitados em ciclos de vida (idoso, adolescente e criança) e gênero. Trezentos e cinquenta pediatras, neonatologistas e médicos do PSF receberam treinamento para o teste reflexo-vermelho para catarata congênita. Também foram realizados treinamentos de profissionais para trabalhar em redução de danos no uso de drogas, controle da transmissão vertical do HIV, sífilis e HPV, bem como abordagem sindrômica de DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e qualificação dos profissionais para identificação e tratamento de anemia falciforme.

Salários na Saúde aumentam 76,5%

As melhorias salariais beneficiaram especialmente os servidores da saúde que tiveram em média 76,5% de aumento. O salário médio dos médicos, em 2000, era de R\$ 2.059,07 e, hoje, é de R\$ 3.898,50. No caso dos dentistas, o salário médio de R\$ 1.880,15, em 2000, teve aumento de 105%, passando para R\$ 3.860,31. Os salários dos enfermeiros e atendentes de enfermagem também foram elevados no período: o salário médio dos enfermeiros passou de R\$ 2.230,88 para R\$ 2.920,68; enquanto dos atendentes de enfermagem evoluiu de R\$ 471,69 para R\$ 854,93.

Professores foram efetivados e tiveram reajustes

Também foram adotadas medidas específicas para a valorização dos profissionais da Educação. Quase a totalidade dos profissionais da Rede Pública Municipal atualmente está efetivada. Desde que o Governo da Reconstrução assumiu, os profissionais da educação (docentes e pessoal de apoio) tiveram reajuste acumulado de 24,28%, sendo que o pessoal de apoio foi beneficiado com 28,02%. Hoje, os salários dos professores do município são, em média, 18,5% mais altos que os do Estado.

Empresas recebem selo por participação em programas sociais

Além de equilibrar as finanças e aumentar a cada ano os recursos do orçamento municipal aplicados em investimentos, o Governo da Reconstrução firmou ao longo dos últimos três anos diversas parcerias com empresas privadas para a realização de projetos sociais.

Diversas empresas já receberam o selo *Esta Empresa Ajuda São Paulo*, um reconhecimento pelas parcerias, que pode ser usado em publicidade e materiais institucionais.

Para marcar essa premiação, foram formalizadas parcerias com a empresa VR, que contribuirá no financiamento da consultoria para o Programa de Desenvolvimento da Zona Leste, e com a Telefonica, que assinou mais uma colaboração, dessa vez para a construção do Planetário do Parque do Carmo.

Veja alguns exemplos dessas parcerias.

* Ticket Serviços S.A. Accor no Brasil	Construção de CEI na Favela do Gato
* Telefonica	Construção de CEI em Pirituba / Jaraguá
* Banco Safra S.A.	Construção de CEI em Pirituba / Jaraguá
* Transportadora Americana Ltda.	Transporte de alimentos (Banco de Alimentos)
* TIM Brasil S.A.	TIM Música nas Escolas - Auditório do Ibirapuera
* Fundação BankBoston	Projeto Agente da Cidade - São Paulo Capital Grafite - Fundação Projeto Travessia
* Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospitalar Albert Einstein	Exames Médicos para os CEUs Doação de cinco aparelhos de ultra-sonografia
* Avon Cosméticos Ltda.	Doação de quatro mamógrafos
* Fundação Itaú Social	Telecentro da Vila Campestre
* Grupo Ultra	Mapeamento de investimentos para a zona leste
* Valisère	Doação de 107 mil maiôs para os CEUs
* Editora Conrad	Telecentro da Cidade Tiradentes
* Scopus Tecnologia S.A.	Site do Fórum Empresarial
* Cia. City de Desenvolvimento	Mural Local - Subprefeitura de Pirituba
* Bansen Comunicação e Marketing	Assessoria de imprensa para o Fórum Empresarial

Procedimentos de fiscalização e novas regras aumentam transparência da administração

Quando assumiu o governo municipal, a atual gestão determinou procedimentos de fiscalização obrigatórios para todos os órgãos da Prefeitura, programas sociais, fontes de arrecadação de impostos e transferências.

As auditorias começaram pelas áreas com maior número de denúncias. Atualmente as auditorias são realizadas aleatoriamente e sem aviso prévio, em todos os setores da administração.

O Governo da Reconstrução estabeleceu outras medidas de combate à corrupção como a obrigatoriedade de menção do nome do funcionário responsável pela última movimentação de processos e vinculação de fiscais às regiões, facilitando sua identificação pelos moradores.

Os procedimentos de compras também foram alterados, com a implementação do prego eletrônico, a divulgação de licitações e contratos efetuados pela Internet e a nova rede de dados dos fornecedores. Entre 2001 e 2002, as medidas de combate a irregularidades levaram à rescisão de 79 contratos emergenciais da equipe de fiscalização do comércio ambulante. No Iprem, a implantação do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos resultou no cancelamento de 316 pensões fraudulentas.

Ouvidoria recebe denúncias da população e combate a corrupção

Nos três anos de existência, a Ouvidoria apurou 12.648 processos, correspondendo a 71,5% dos encaminhados – 5.034 processos ainda estão tramitando. O prazo médio de resolução foi gradualmente diminuindo, caindo de quatro a cinco meses, inicialmente, para menos de três meses.

Dentre as funções da Ouvidoria está a apuração de denúncias de irregularidades de natureza grave, incluindo acusações de corrupção. O número de processos instaurados para apuração destes casos tem caído significativamente ano a ano: em 2001, foram abertos 699 processos; em 2002, 344 e, em 2003, 209. O resultado foi a punição de 134 servidores na administração direta com a perda da função pública (15 cassações de aposentadorias e 119 demissões ou dispensas), além dos resultados na administração indireta.

A maior parte das punições na administração direta deveu-se a irregularidades praticadas nas gestões anteriores, sendo 67 delas de servidores que trabalhavam na área de uso e ocupação do solo, responsáveis pela fiscalização de obras e estabelecimentos comerciais.

Via Rápida reduz tempo de apuração das denúncias

A Via Rápida (lei 13.519/03) criou dispositivos que aceleram a apuração e punição de irregularidades graves cometidas por servidores municipais. Uma das principais mudanças é a limitação do prazo para conclusão dos inquéritos administrativos, que passou a ser de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. A Via Rápida aplica-se exclusivamente nos casos graves, conforme previsão do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo. Comissões processantes específicas tratam dos casos e viabilizam a conclusão mais rápida dos processos.

Serviço funerário demite 30

Esta administração instaurou processos administrativos para investigar denúncias de corrupção envolvendo funcionários do Serviço Funerário Municipal. A comissão de sindicância relatou 117 processos. Houve 30 demissões ou exonerações e 42 suspensões. O governo municipal reorganizou o sistema de venda de flores, caixões e urnas que deixava brechas para a cobrança de propina e corrupção.

Prefeitura cria Secretaria de Segurança Urbana

Com o objetivo de implementar um projeto de segurança urbana na cidade, o Governo da Reconstrução criou a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, que promoveu uma valorização sem precedentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana). A política municipal de segurança pretende que a GCM seja democrática, civilizada, preventiva e comunitária.

O principal resultado dessa política é a organização institucional da GCM, com a concentração de esforços nas atividades-fim da guarda, a adoção de mecanismos para a solução das questões disciplinares, a criação de canais de comunicação com a sociedade, a capacitação dos guardas e a criação de uma estrutura administrativa permanente, eficiente e profissionalizada.

O Governo da Reconstrução, em três anos, fez mais pela segurança urbana do que as quatro administrações anteriores. A atual gestão comprou 3.860 coletes à prova de balas; renovou a frota, com a incorporação de 313 novos veículos; implantou 17 bases comunitárias nos CEUs, seis na zona leste e oito no centro. Foram contratados 2.500 novos guardas, todos por meio de concurso público, elevando o efetivo para 6.000 agentes. Em 2004 serão abertas mais 1.700 vagas na GCM. Mais 44 veículos serão comprados para a frota.

Também foram criadas nesta gestão a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, responsável pela implementação dos programas sociais, a Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social, a Secretaria Municipal de Relações Internacionais e a Ouvidoria Geral do Município.

São Paulo entra no cenário internacional

A Prefeitura de São Paulo criou a SMRI (Secretaria Municipal de Relações Internacionais) em julho de 2001 para, entre os principais objetivos, promover e dar visibilidade à cidade, desempenhar um papel ativo nas redes de cidades, encaminhar projetos para organizações multilaterais (BIRD, BID, FAO, OIT, UNESCO, OMS, Habitat), divulgar políticas inovadoras, desenvolver intercâmbio de políticas públicas e acordos de cooperações técnica entre São Paulo e outras cidades, além de captar e estimular investimentos na cidade.

Neste breve período, São Paulo já é reconhecida internacionalmente como um ator político de primeira grandeza, o que se confirmou com a eleição da prefeita Marta Suplicy como presidente da organização mundial *Cidades e Governos Locais Unidos* (a "ONU" das cidades), que representa mais de 100 mil municípios de todo o mundo.

A SMRI já angariou recursos a fundo perdido que equivalem a mais de cinco vezes o seu orçamento. São Paulo recebeu o reconhecimento de governos regionais, como da União Européia, que escolheu a cidade para coordenar a Rede 10 do Programa Urb-AL, como exemplo de cidade que luta contra a pobreza urbana e pela inclusão social; possui mais de 20 acordos de cooperação com cidades de vários países, entre elas Osaka (Japão), Milão (Itália), Buenos Aires (Argentina), Genebra (Suíça), além de acordos com estados nacionais (Japão e França) e organismos da ONU, como o Habitat.

Neste ano em que a cidade comemora seus 450 anos, São Paulo tem a honra de sediar a XI Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), um dos mais importantes eventos já ocorridos na América Latina, comparável à ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Na mesma semana da Unctad, a Prefeitura organiza a terceira edição da URBIS – Feira e Congresso Internacional de Cidades, com a expectativa de receber mais de 20 mil participantes. Pode-se dizer que a cidade de São Paulo assumiu, em todas as dimensões, sua vocação internacional.

POLÍTICAS SOCIAIS

Cresce o número de vagas no ensino municipal

O Governo da Reconstrução criou mais de 200 mil vagas na Rede Pública de Ensino, que conta hoje com 1,041 milhão de alunos. Além disso, há aproximadamente 70 mil crianças nas creches conveniadas e 30 mil alunos no Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, reconstruído em 2001 após ser desativado pelo governo Maluf). Na gestão 1997-2000, foram criadas somente 44 mil vagas. Na gestão 1993-96, houve uma redução de quase 9 mil vagas.

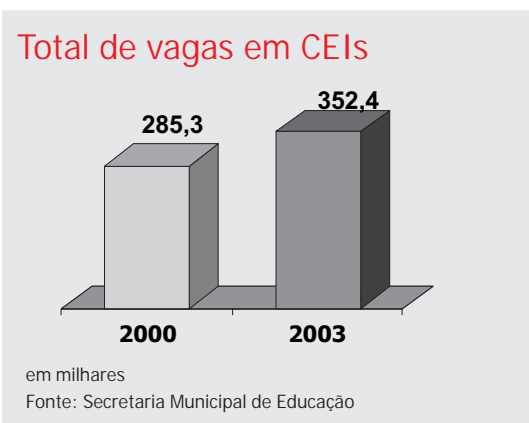
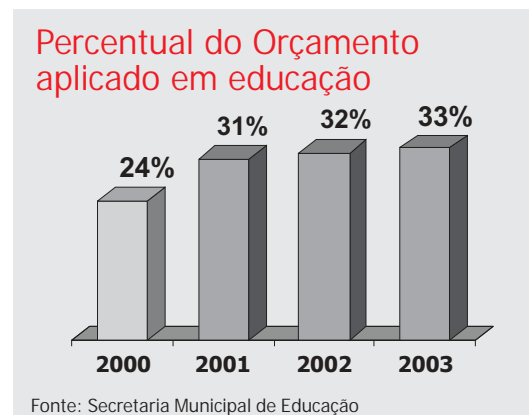
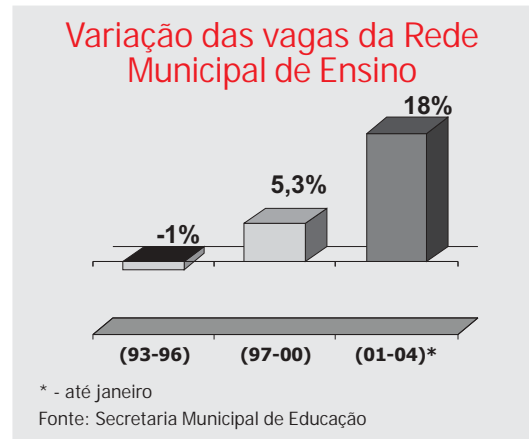
Neste governo, até março de 2004, foram construídas 148 escolas: 76 CEIs (Centros de Educação Infantil), 43 Emeis (Escolas Municipais de Educação Infantil) e 29 Emefs (Escolas Municipais de Educação Fundamental), incluindo os Centros de Educação Unificada e as escolas de alvenaria.

Nunca se investiu tanto em educação

O atual governo municipal investe em educação mais do que qualquer gestão anterior. Em 2003 foram destinados para a pasta 32,9% do Orçamento de São Paulo. O investimento saltou de 23,8% para 31,2% já no primeiro ano da administração. A prioridade da educação na atual gestão é constatada no cotidiano dos professores, pais e estudantes. O Orçamento de 2004 prevê R\$ 3,55 bilhões para a área.

Aumentam em 24% as vagas de Educação Infantil

Nos últimos três anos, houve aumento de 23,5% na oferta de vagas em CEIs diretas e indiretas e Emeis, que passaram de 285.341 para 352.406. Os equipamentos deixaram a Secretaria Municipal da Assistência Social e passaram a ser responsabilidade da pasta de Educação.



CEUs: uma revolução na concepção de escola

CEU: muito mais que sala de aula (em cada unidade)

- 300 vagas em creches
- 840 vagas em EMEIs
- 1.260 vagas em EMEFs
- 2.400 alunos atendidos
- 450 lugares em teatro/cinema
- 3 piscinas
- Biblioteca
- Campo de futebol
- Ginásio coberto
- Sala de dança
- Quadra poliesportiva
- Telecentro
- Pista de *skate*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Cultura, esporte, lazer, envolvimento da comunidade e complementação de renda fazem parte da atividade educacional, que passou a ser vista como um processo amplo que envolve não apenas professores e alunos, mas também familiares, vizinhos e demais moradores das comunidades.

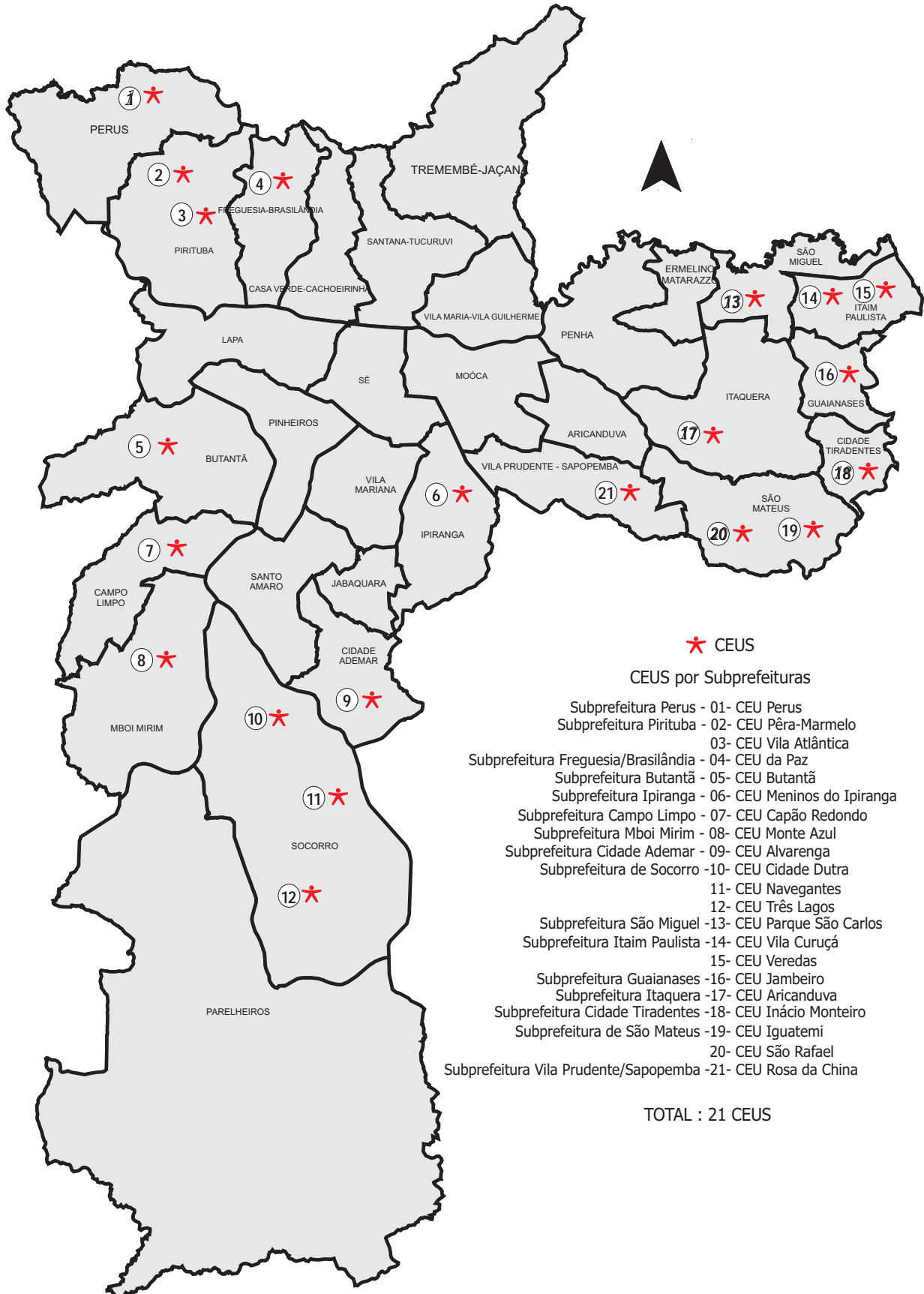
Cada CEU ocupa uma área de 13 mil m², onde foram construídas três unidades educacionais: um Centro de Educação Infantil, para crianças de até três anos; uma Escola Municipal de Educação Infantil, para crianças de quatro a seis anos; e uma Escola Municipal de Educação Fundamental, para jovens de sete a quatorze anos. São 21 unidades totalizando cerca de 50 mil vagas.

Os CEUs abrigam ainda equipamentos de cultura, esporte e lazer, como piscinas, biblioteca, campos e quadras de esportes, telecentro e pista de skate. Cerca de 7 mil pessoas da comunidade freqüentam estes estabelecimentos nos finais de semana.

Construção começou pelas regiões de menor desenvolvimento

Os CEUs foram construídos nos locais de menor Índice de Desenvolvimento Humano (veja mapa na próxima página). Isso porque, além dos benefícios trazidos pelas atividades nas unidades, os CEUs são também polos de desenvolvimento, uma vez que aumentam o fluxo de pessoas no seu entorno, fomentam o comércio e a economia local.

Centros Educacionais Unificados Município de São Paulo - 2004



Educação inclusiva garante acesso e permanência na escola

A inclusão de crianças e jovens no sistema educacional vai além da oferta de vagas. Para implementar este conceito, foi criado o programa Vai e Volta, de transporte escolar gratuito, que oferece condições de acesso, permanência e aproveitamento na escola. Selecionados com base em critérios de carência e distância, 102,5 mil estudantes já são beneficiados por este sistema.

Além do transporte escolar, a Prefeitura passou a oferecer, pela primeira vez na história de São Paulo, kits escolares completos para mais de 1 milhão de alunos das escolas municipais, além de dois uniformes por ano (um conjunto de verão e outro de inverno).

Programa Vai e Volta (por ano)

Dados de 2003

- 1 milhão de kits escolares distribuídos
- 1 milhão de alunos com dois jogos de uniforme
- 102,5 mil estudantes com transporte gratuito
- 195 mil famílias beneficiadas com o Renda Mínima
- 55 mil jovens atendidos pelo Bolsa Trabalho

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Educom.Rádio: prática inovadora envolve estudantes, professores e comunidade

O projeto Educom.Rádio tem por objetivo usar a linguagem do rádio para auxiliar o jovem a construir seu conhecimento. Um laboratório com estação de rádio é montado em cada escola especialmente para essa finalidade. O programa usa práticas pedagógicas inovadoras e já funciona em 246 escolas, que contam com o Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP para formação e capacitação de alunos, professores e membros da comunidade.

Já o programa Escola Aberta recebe nos finais de semana, feriados, recessos e férias cerca de 200 mil pessoas que participam de atividades esportivas, culturais e de lazer em 290 escolas municipais.

Mais de 12 mil professores efetivados

O Governo da Reconstrução efetivou e capacitou funcionários da Educação. Foram efetivados na Rede Pública Municipal de Ensino mais de 12 mil professores concursados. Além disso, cerca de 3 mil professores foram capacitados com curso de nível superior e 3.700 auxiliares de desenvolvimento infantil passaram por programas de formação inicial.

Município aumenta sua participação no ensino fundamental

A responsabilidade pelo ensino fundamental é compartilhada entre a Prefeitura e o Estado. Nos últimos anos, o município tem ampliado a capacidade de atendimento a alunos na rede municipal, ao mesmo tempo em que o Estado reduz a sua participação na mesma modalidade de ensino. Entre 2000 e 2003, o número de alunos na rede de ensino fundamental do município cresceu de 546 mil para cerca de 553 mil. No mesmo período, as matrículas nas escolas do Estado caíram de 855 mil para 752.621.

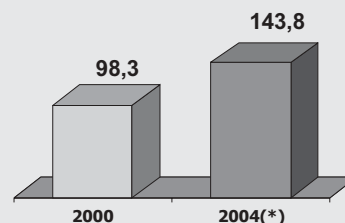
Escolas são informatizadas

As escolas municipais foram equipadas com 17.800 computadores e 3.593 impressoras, entre outros equipamentos. Essas máquinas foram destinadas aos laboratórios de informática e à melhoria da administração escolar. Atualmente todos os setores da Secretaria de Educação contam com equipamentos modernos e seus profissionais foram treinados em tecnologias de última geração.

Aumenta em 46% o número de alunos no ensino supletivo

Aumentou em 46% o número de jovens e adultos matriculados no ensino supletivo, com a criação de 46.216 vagas nesta gestão. Em 2000, eram 98.280. Hoje, a Rede Municipal de Ensino oferece 143.845 vagas.

Total de vagas em supletivo



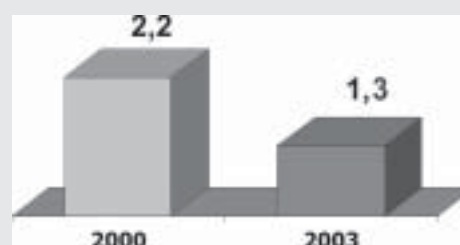
em milhares de alunos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Prefeitura reduz evasão escolar pela metade

Os investimentos do Governo da Reconstrução, a adoção de uma política educacional comprometida com o estudante e a valorização profissional têm resultado direto na qualidade do ensino. A evasão escolar entre alunos do ensino fundamental caiu nesta gestão de 2,2% para 1,3%.

Percentual de evasão escolar



Fonte: Secretaria Municipal de Educa

Telecentros atendem a 338 mil pessoas

105 Telecentros
60 mil formados em cursos
338 mil usuários

Dados até 2003

Fonte: Coordenadoria do Governo Eletrônico

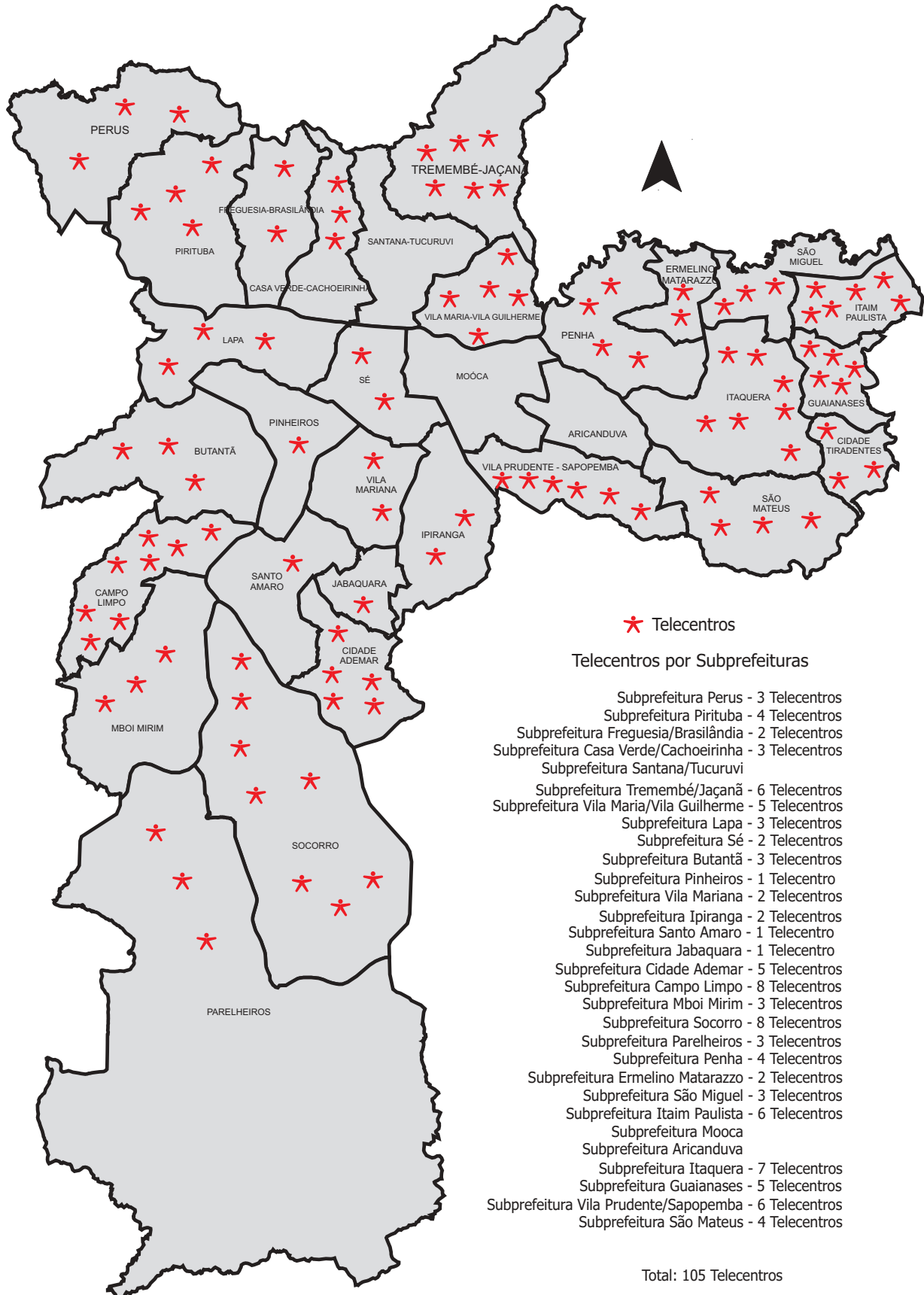
O Plano de Inclusão Digital, realizado por meio da instalação de telecentros, tem como principal objetivo romper as barreiras do isolamento social a que está sujeita uma grande parcela da população, possibilitando o acesso à informática pública, com direito ao uso da Internet e endereço eletrônico. Serve também como apoio na organização de grupos, associações e cooperativas, que agem na geração de renda. Os computadores dos telecentros funcionam com *software* livre.

São 105 telecentros instalados nos CEUs e nas áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (veja mapa na próxima página). Cada unidade tem, em média, 20 computadores e oferece uso livre dos equipamentos, cursos gratuitos de informática básica e oficinas especiais, além de acesso aos serviços municipais pela internet. Cerca de 60 mil pessoas já se formaram nos cursos oferecidos pelos telecentros e 338 mil utilizam os computadores.

Rede Cidadania forma alunos dos programas sociais

O programa Rede Cidadania leva treinamento de informática para áreas de exclusão social. Realizado em ônibus e caminhões adaptados para salas de aulas, com microcomputadores, já formou mais de 50 turmas e 7.000 alunos beneficiários dos programas sociais.

TELECENTROS Município de São Paulo - 2004



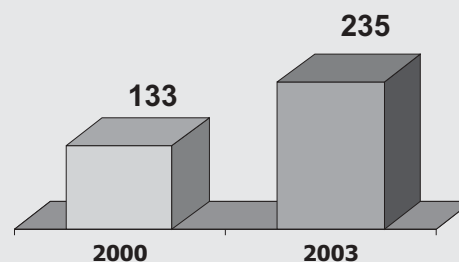
Investimento em merenda escolar cresce 77%

O investimento da Prefeitura com merenda escolar aumentou 77% na atual gestão, se forem comparadas as despesas do ano passado com as de 2000. Isso representou uma melhora significativa nas refeições servidas aos alunos da Rede Pública Municipal.

Os biscoitos foram substituídos, no almoço, por legumes, feijão, arroz, carne e fruta. No café da manhã, além de biscoitos, os alunos recebem leite, pão e frutas. A Prefeitura distribui 1,4 milhão de refeições diárias, sendo responsável pelo maior programa de alimentação escolar da América Latina.

Um cardápio elaborado por nutricionistas faz com que as crianças recebam 70 produtos diferentes e garante uma alimentação equilibrada. O frango e o suco de laranja natural, por exemplo, não eram servidos na rede havia dois anos, sendo reintroduzidos em 2001. O consumo de carne, que era de 1,2 mil toneladas em 2000, subiu para 3,2 mil toneladas em 2001 – um aumento de 167%.

Recursos para merenda escolar



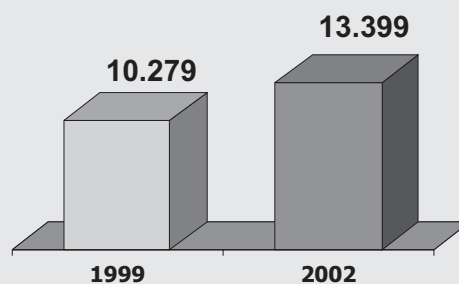
Valores anuais em milhões de R\$
Fonte: Secretaria Municipal de Abastecimento

Distribuição de leite cresce 30%

A atual gestão da Prefeitura aumentou em 30% a quantidade de leite distribuído. Em 1999, foram distribuídas 10.279 toneladas; em 2002, 13.399 toneladas.

O preço pago pelo quilo do leite é menos da metade do que era praticado em 1997. A Prefeitura pagou R\$ 2,56 em 2003, sendo que em 1997 desembolsava R\$ 5,40 por quilo. Em 1999 o preço era de R\$ 3,68.

Quantidade de leite distribuído



em toneladas
Fonte: Secretaria Municipal de Abastecimento

Banco de Alimentos amplia atendimento em 337%

Criado há dois anos, o Banco de Alimentos ampliou o atendimento às entidades assistenciais, com distribuição de alimentos e oferta de cursos sobre segurança alimentar. Em 2002 foram atendidas 624 entidades e, em 2003, o número subiu para 2.728. Cada entidade atende, em média, a 100 famílias. Isso significa que o Banco de Alimentos contribuiu para diminuir a fome de 270 mil pessoas, aproximadamente. O aumento de 337% das entidades atendidas no programa foi motivado pela participação de empresas dos mais variados setores, que contribuíram de diferentes formas com a campanha Fome Zero São Paulo.

Mercado Municipal passa por reforma

A reforma do Mercado Municipal faz parte dos esforços da Prefeitura para recuperar a região central da cidade. Além de obras em infra-estrutura, drenagem, instalações elétricas e hidráulicas e pintura completa, está prevista a construção de restaurantes com comidas típicas que representem as principais colônias de imigrantes - italiana, japonesa, espanhola, árabe e portuguesa.

O Mercado Municipal tem 12.600 metros quadrados de área construída e 1.600 funcionários, comercializa 350 toneladas de alimentos por dia e recebe uma média diária de 14 mil visitantes.

Programas sociais atendem a 1,4 milhão de pessoas

A atual administração atendeu em seus programas sociais, até o final de 2003, 1,4 milhão de pessoas (320 mil famílias, quase 14% da população de São Paulo). Esses programas garantem a permanência de crianças de até 15 anos em escolas, capacitam jovens de 16 a 29 anos e criam a possibilidade de retorno ao mercado de trabalho para quem tem mais de 40 anos. Ao todo, R\$ 540 milhões foram investidos.

A cada R\$ 10 que a Prefeitura investiu, R\$ 1,94 retornou em forma de tributo. Cerca de 85% do valor das bolsas foram usados para compra de alimentos, roupas e remédios.

São Paulo foi a primeira cidade do país a unificar o cadastro de famílias atendidas por programas de garantia de renda mínima nos três níveis de governo (União, Estado e Município). Esse cadastro inscreve famílias para o Renda Mínima, o Renda Cidadã e o Bolsa Família (federal).

Menos violência e evasão escolar

Efeitos dos Programas Sociais

44% de redução na evasão escolar *(nos 13 primeiros distritos)*

22% de redução no número de homicídios *(nos 13 primeiros distritos)*

85% do valor das bolsas são usados na compra de alimentos, roupas e remédios

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade

Os programas sociais implementados pelo Governo da Reconstrução provocaram impactos bastante significativos, como a queda dos índices de violência, evasão escolar e desemprego. Houve uma redução de 44% na evasão escolar nos 13 primeiros distritos atendidos pelos programas sociais. Nesses distritos, a taxa de homicídios caiu 22%, de 2001 para 2003. Nos 37 distritos atendidos, a partir de 2002, a queda foi de 16,6%. Nos distritos ainda não atendidos pelos programas, a queda no número de homicídios foi de apenas 8%.

Começar de Novo requalifica 55 mil desempregados

O programa Começar de Novo investe na recuperação da auto-estima, na requalificação e na recolocação de desempregados com 40 anos ou mais. O programa atendeu a 55 mil pessoas e tem duas modalidades: Começar de Novo-Renda e Começar de Novo-Emprego.

O **Começar de Novo-Renda** atende a desempregados com 40 anos ou mais com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Essas pessoas recebem capacitação para o mercado de trabalho e para atividades comunitárias, dois terços de um salário mínimo por mês durante seis meses e dois vales-transporte por dia.

Já o **Começar de Novo-Emprego** possibilita a reinserção no mercado formal daqueles que concluíram o ensino fundamental, financiando o treinamento no local de trabalho. Os selecionados são encaminhados às empresas parceiras que devem contratá-los com carteira assinada.

Renda Mínima beneficia 195 mil famílias

O programa Renda Mínima busca garantir a permanência de crianças na escola por meio do pagamento de uma complementação mensal para as famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo e com dependentes entre 0 e 15 anos. As famílias recebem uma bolsa de até R\$ 264 e mantêm seus filhos com mais de 7 anos na escola. Até 2003, foram atendidas cerca de 195 mil famílias, com benefício médio de R\$ 100.

Bolsa Trabalho é concedida a 55 mil jovens

O programa Bolsa Trabalho é destinado a jovens desempregados com idades entre 16 e 29 anos. Investe na cidadania e na qualificação profissional e beneficiou 55 mil pessoas até 2003. Tem quatro modalidades: Bolsa Trabalho-Renda, Bolsa Trabalho-Cursinho, Bolsa Trabalho-Estágio e Bolsa Trabalho-Emprego.

* O **Bolsa Trabalho-Renda** já beneficiou 50 mil jovens de 16 a 20 anos, que receberam 45% do salário mínimo e vale-transporte durante seis meses, além de realizarem cursos de capacitação.

* O **Bolsa Trabalho-Cursinho** ofereceu bolsas em cursinhos pré-vestibulares a 3.000 jovens com idade entre 16 e 29 anos.

* O **Bolsa Trabalho-Estágio** intermediou estágios para 1.800 jovens matriculados em instituições de ensino médio, supletivo ou superior. A Prefeitura subsidia os custos da intermediação e acompanhamento do estágio, que dura no mínimo seis meses.

* O **Bolsa Trabalho-Emprego** beneficiou 120 jovens que foram encaminhados a empresas interessadas em contratá-los com carteira assinada. A administração municipal paga a estas empresas valores correspondentes ao período de treinamento dos jovens contratados.

SP Confia concede R\$ 9,5 milhões em 14 mil créditos

O programa São Paulo Confia é o Banco do Povo da Cidade de São Paulo, voltado para a difusão do microcrédito, sobretudo para beneficiados dos programas sociais. Empréstimo dinheiro para qualquer empreendedor que queira ampliar seus negócios, pode ser formal ou informal, e ainda para novos negócios que surjam no programa Oportunidade Solidária. As taxas de juros ficam abaixo do mercado, vão de 0,48% ao mês para inscritos nos programas a 3,9% ao mês para o empreendedor em geral. O programa já concedeu R\$ 9,5 milhões em 14 mil créditos.

Municipalização da saúde aumenta em R\$ 100 milhões ao ano os repasses da União

A atual administração integrou o Sistema Municipal de Saúde ao SUS (Sistema Único de Saúde), com a extinção do PAS (Plano de Atendimento à Saúde). Com esta medida, a cidade passou a receber R\$ 100 milhões por ano em repasses da União.

Além de extinguir o PAS, o Governo da Reconstrução municipalizou a saúde e implantou a gestão plena no município. Isso fez com que o número de unidades sob responsabilidade da Prefeitura aumentasse de 74, no último ano da gestão anterior, para 563 na atual gestão - um aumento de 660%.

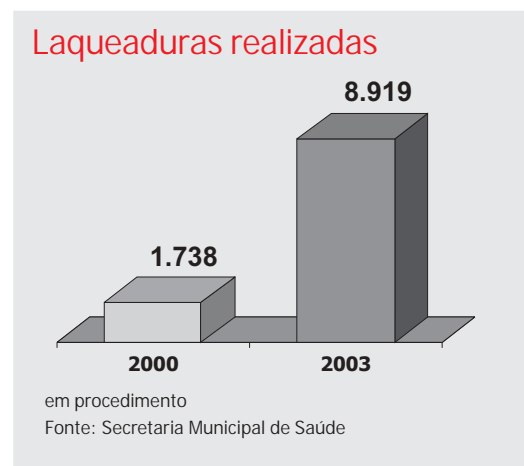
Dos 15 hospitais públicos municipais, 14 que estavam sob responsabilidade do PAS foram reintegrados na atual gestão. Também foi iniciada a construção de um hospital em Cidade Tiradentes e outro será erguido em M'Boi Mirim. Foram investidos ainda R\$ 9 milhões em reformas de postos de saúde.

Além disso, cerca de 10 mil funcionários, que haviam sido afastados e estavam em desvio de função em outros órgãos da Prefeitura, foram reincorporados à Secretaria da Saúde. A SMS tem atualmente mais de 46 mil funcionários, além das equipes do Programa de Saúde da Família.

Prefeitura faz programa de planejamento familiar

O governo municipal organizou o maior programa de planejamento familiar do país. A Prefeitura disponibiliza métodos contraceptivos em toda a rede básica de saúde, além de oferecer orientação de métodos naturais e contracepção cirúrgica.

Na administração anterior, somente dois hospitais realizavam laqueadura e vasectomia; hoje são 13. O número de vasectomias realizadas aumentou de 707 em 2000 para 3.661 em 2003 - crescimento de 418%. Já o número de laqueaduras realizadas aumentou de 1.738 em 2000 para 8.919 em 2003 - crescimento de 413%.



Casos de Aids têm redução de 17% em São Paulo

A atual administração investiu fortemente em métodos de prevenção e tratamento da Aids. A distribuição de preservativos aumentou de 1 milhão em 2000 para 10 milhões em 2003.

Para evitar a contaminação pelo HIV, a Prefeitura também criou um programa de distribuição de seringas descartáveis para usuários de drogas injetáveis. Em 2003, foram doadas 100 mil seringas e realizados em média 23 mil testes de HIV por mês, 283% a mais que a média mensal de 2001.

Todos os obstetras da rede foram treinados para o controle da transmissão materno-infantil de sífilis e HIV. Foram criados programas preventivos, o projeto Nascer Bem, o projeto Cidadania Arco-Íris (voltado para homossexuais) e o projeto Cabeça Feita (para usuários de drogas). Atualmente mais de 8.000 pessoas recebem atendimento médico e usam anti-retroviral. O número de exames de carga viral realizados por mês passou de 800, em 2000, para 2.793 em 2004.

Todas essas ações fizeram com que os casos de Aids fossem reduzidos em 17%, comparando-se os dados de 2000 com os de 2002. Foram 3.552 novos casos no último ano da gestão anterior e 2.953 novos casos no segundo ano da atual administração.



Atenção especial à saúde da mulher

A Prefeitura investiu e melhorou os serviços de atendimento para mulheres na Rede Municipal de Saúde. Com o projeto Nascer Bem, as mulheres passaram a ter um atendimento completo, que envolve cuidados preventivos contra doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e acompanhamento do ciclo de gestação e nascimento do bebê, visando a redução da mortalidade materna e do recém-nascido.

Hoje a Rede Municipal de Saúde garante leitos para todas as parturientes do SUS e conta com 1.725 leitos de UTI Adulto e 555 UTI Neo-natal. Cerca de 70% das gestantes já sabem desde o pré-natal onde farão seus partos. O município também oferece transporte público gratuito até o serviço de saúde.

Rede Municipal triplica exames preventivos

O número de exames papanicolau cresceu 185%, de 15.368 ao mês em 2000, para 43.724 ao mês, em 2003. Esta gestão criou a rede ambulatorial de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual doméstica, que hoje conta com 59 serviços. O direito ao aborto legal está assegurado em cinco hospitais municipais. No final da gestão anterior, o serviço existia em apenas um. Em 2004, será implantado em mais dois hospitais.

Saúde faz 54 mil mamografias em 2003

A Prefeitura também está investindo na instalação de mamógrafos em algumas das principais unidades da rede de saúde. No início de 2001, a administração municipal dispunha de cinco mamógrafos, que funcionavam precariamente (dois tiveram de ser desativados). A Prefeitura comprou 11 equipamentos, recebeu quatro doados pela Avon e um doado pelo Albert Einstein, usado em parceria com o hospital, na Vila Sônia. Hoje, são 19 os equipamentos em funcionamento. Com isso, o número de mamografias realizadas pelo serviço municipal mais que dobrou: de 24 mil em 2000, para 54 mil em 2003.

PSF já atende a 3 milhões de paulistanos

Quando o atual governo tomou posse, a cidade não tinha Programa de Saúde da Família. O PSF foi implantado com o objetivo de melhorar o atendimento à população. O programa agora atende mensalmente a 3 milhões de pessoas, ao redor de 27% da população paulistana.

O programa conta com 676 equipes formadas por médicos, enfermeiras e auxiliares de enfermagem, além de 113 equipes do Pacs (Programa Agente Comunitário de Saúde), com enfermeiros e agentes comunitários, totalizando 7.350 funcionários.

Saúde intensifica combate à dengue

A atual gestão intensificou o combate à dengue, com aumento de 62% no número de agentes de zoonoses. Eles eram 854 em 2000 e passaram a ser 1.383 no final de 2003. As atividades de combate ao *Aedes aegypti* estão descentralizadas nas 31 coordenadorias de saúde. O serviço passou a funcionar 24 horas por dia, integrado à Central 156, da Prefeitura.

Entre 2001 e 2003 houve um aumento no número de casos da doença em função da ausência de uma política de combate à doença no governo Fernando Henrique Cardoso e do grande número de contaminações nas cidades vizinhas. Em 2001 foram 308 casos, em 2002, 429, e em 2003 o total de doentes chegou a 760. Depois de uma ampla campanha de combate à doença, em 2004 não houve nenhum caso da doença contraída na cidade.

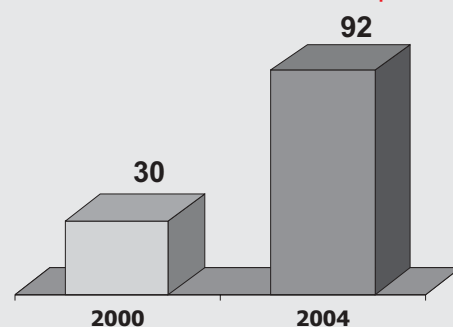
Tripluca o número de ambulâncias

Quando o Governo da Reconstrução assumiu, São Paulo tinha 30 ambulâncias em operação. Elas passaram por reforma e a cidade adquiriu 62 veículos novos, o que fez triplicar o número de veículos para atendimento a emergências médicas.

No ano passado, São Paulo aderiu ao Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgências), forma

pela qual o Ministério da Saúde implementa a assistência pré-hospitalar no âmbito do SUS. A integração à rede nacional prevê envio de recursos do governo federal para a cidade. A prefeitura deverá receber outras 44 ambulâncias do Ministério da Saúde, o que vai totalizar 136 veículos em operação na cidade.

Total de ambulâncias em operação



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Atendimento considera questões étnicas-raciais

Pela primeira vez na cidade, o sistema público de saúde adotou procedimentos para detecção de anemia falciforme, hipertensão e miomatose, doenças que têm maior incidência sobre a população negra. Hoje a Rede Pública de Saúde realiza cerca de 4.500 exames de detecção de anemia falciforme por mês. Em novembro de 2003, em parceria com a Escola Paulista de Medicina, foi lançada campanha de esclarecimento sobre anemia falciforme.

Cidade tem maior programa de regularização fundiária do país

Está em andamento o maior programa de regularização fundiária do país: 40 mil famílias, que vivem em 160 áreas públicas, estão recebendo título de concessão especial de moradia.

Programa Bairro Legal muda a vida de 144 mil famílias

O Programa Bairro Legal transforma favelas e loteamentos, com intervenções integradas para a regularização fundiária, acesso a equipamentos públicos e programas sociais da cidade. Cerca de 52 mil famílias foram beneficiadas com a urbanização de 69 loteamentos (38.500 lotes) e mais de 49 mil famílias serão beneficiadas com a urbanização de favelas, onde as ruas serão pavimentadas, haverá ligação de água e esgoto, além da construção de praças e equipamentos. O programa atendeu ainda a 8.000 famílias em áreas de mananciais e retirou 11 mil de áreas de risco. A Prefeitura evitou o despejo de 24 mil famílias em áreas de conflito fundiário.

Programas para construção de moradia

- * Mutirão: 14.006 unidades
- Conclusão de obras paralisadas em gestões anteriores, com 7.006 famílias beneficiadas.
- Convênios assinados na gestão anterior (construção e obras de infra-estrutura), com 2.637 unidades entregues.
- 4.363 novas unidades estão com convênio assinado e verba destinada no Orçamento.
- * O programa Morar no Centro atenderá a 3.656 famílias, viabilizando a reforma e a recuperação de prédios da região central da cidade, uma iniciativa inédita em São Paulo.
- * O PAR (Programa de Arrendamento Residencial) está reformando e construindo cerca de 7.000 unidades habitacionais.
- * Urbanização (Moradias para Reassentamento) promove a retirada de moradores de áreas de risco e o reassentamento em conjuntos habitacionais, com 1.962 famílias atendidas.
- * Moradia transitória visa locação de imóveis pelo Fundo Municipal de Habitação para famílias provenientes de áreas de risco ou insalubres. Foram beneficiadas 2.700 famílias.
- * Parceria CEF/Cohab pela qual foi possível viabilizar o Conjunto Residencial São Paulo, que destinou 1.694 unidades aos funcionários públicos municipais. Total de novas unidades: 1.854
- * Convênio CDHU/Cohab - Iniciadas e concluídas pela gestão: 600 unidades. Iniciadas pela gestão: 3.230 unidades. Total de unidades: 3.830 unidades
- * Prover (Programa de Verticalização de Favelas): 2.106 unidades

- * Provac (Programa de Canalização e Verticalização de Favelas), em parceria com a Siurb. Retirada de pessoas de beiras de córregos. 2.737 unidades.
- * Operação Urbana Faria Lima está viabilizando cerca de 500 unidades na região do Butantã.

Cohab entrega 51 mil escrituras

O programa Novação da Cohab quitou 47 mil contratos de mutuários e o programa Sua Casa de Papel Passado entrega 51 mil escrituras até o final de 2004. O programa Viver Melhor fez intervenções para requalificação de 84 conjuntos habitacionais, como a recuperação de centros esportivos e a reforma de edifícios.

Modernização agiliza processos de aprovação

O investimento na modernização da administração agilizou o andamento dos processos e deu transparência à atuação da Prefeitura. Com o Plantas On Line, que informatiza o processo de análise e aprovação de plantas e edificações, é possível aprovar projetos em 15 dias úteis, o que antes podia demorar até 180 dias. O atendimento também foi aprimorado com a inauguração do Núcleo Técnico do Departamento de Aprov, que aumentou em 30% a capacidade de prestação do serviço aos profissionais da área.

A Cohab, maior empresa municipal de habitação do país, recebeu o certificado ISO 9001 pela qualidade do atendimento aos moradores de seus conjuntos habitacionais.

Projeto Parque do Gato

A favela do Gato - localizada às margens do rio Tamaduateí, no Bom Retiro -, onde vivem 396 famílias, dará lugar ao Parque do Gato. As famílias serão transferidas para nove prédios de 486 apartamentos que serão construídos. Haverá ainda um Centro de Educação Infantil para 200 crianças, equipamentos de lazer e esportes.

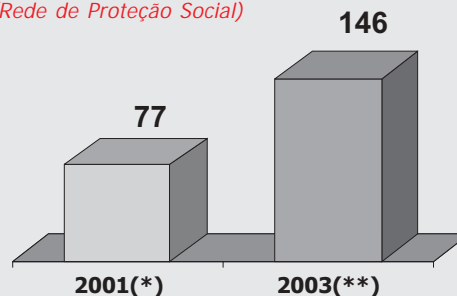
Rede de Proteção amplia atendimentos em 89%

A Rede de Proteção do município realiza atualmente, em média, 150 mil atendimentos por mês. Em janeiro de 2001, no início da atual gestão, 77.332 pessoas eram atendidas.

São serviços como atendimento diário a cerca de 2.000 crianças e adolescentes em situação de risco; acolhimento de pessoas em abrigos e em albergues; atividades em núcleos sócio-educativos e de reabilitação; atendimento em programas de proteção social e

de defesa de direitos. O atendimento emergencial para situações de chuvas ou incêndios, por exemplo, atendeu a mais de 5.000 famílias só no início de 2004.

Atendimentos realizados
(Rede de Proteção Social)



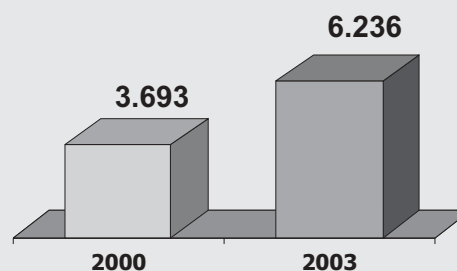
Em milhares de atendimentos mensais
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Vagas em albergues crescem 70%

O atendimento à população em situação de rua também foi reformulado. O projeto Acolher – Reconstruindo Vidas promove o resgate da auto-estima de quem está vivendo nas ruas. Uma Central de Atendimento Permanente, que funciona 24 horas, e um esquema especial durante o inverno garantiram que nenhuma pessoa morresse nas ruas, por causa do frio, durante esta administração.

São Paulo conta atualmente com 33 albergues (20 deles com atendimento durante 24 horas) e acolhe 6.236 pessoas. Em 2000, eram 3.655 albergados. O atendimento às pessoas em situação de rua em São Paulo cresceu 70,6% nos últimos três anos.

Atendimentos em albergues por mês



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Oficina Boracea: nova concepção de ação social

As mudanças no atendimento social do município vão além dos números. O projeto Oficina Boracea é exemplo da mudança da qualidade dos serviços oferecidos. Instalado em uma área de 17,7 mil m², oferece 400 leitos e 2 mil atendimentos por dia. Há estacionamento para carrinheiros, que antes dormiam nas ruas por falta de local para deixar os carrinhos, canil para os animais de estimação, espaço para famílias e idosos e um restaurante-escola que oferece 2.000 refeições por dia. A Oficina Boracea oferece ainda programas de convívio, cinemateca, Telecentro com aulas de informática, Programa de Saúde da Família, salas de leitura e oficinas profissionalizantes, que já formaram 1.500 pessoas.

62% dos recursos são investidos em crianças e adolescentes

O atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social recebe 62% dos recursos da Secretaria de Assistência Social. O Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) atende diariamente a 2.000 crianças com apoio jurídico, social e psicológico também para suas famílias.

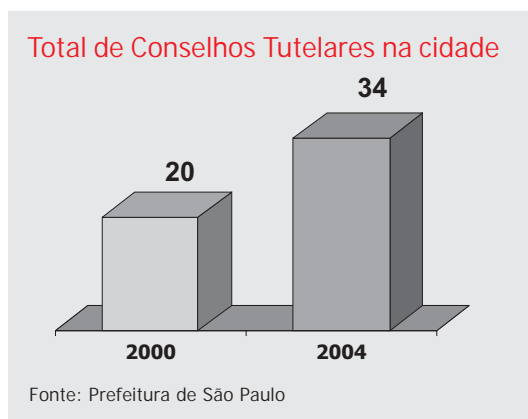
Governo da Reconstrução rompe com assistencialismo

A Prefeitura conseguiu romper com o assistencialismo praticado por administrações anteriores e inscrever São Paulo na condição de Gestão Plena de Assistência Social, o que permite à cidade receber recursos federais e estaduais. Isso foi possível devido à estruturação do Comas (Conselho Municipal de Assistência Social) e à sanção do FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social).

Valorização dos conselhos tutelares

Aumenta em 70% o número de conselhos e salários são triplicados

Além dos investimentos em saúde, educação e assistência social, o Governo da Reconstrução aumentou o número de conselhos tutelares de 20 para 34, sendo que todos têm sede e veículo. A remuneração dos conselheiros foi elevada de R\$ 421, em 2000, para R\$ 1.286 em 2001, um aumento de 205%. A descentralização do atendimento aos conselhos, agora responsabilidade das subprefeituras, também garante seu melhor funcionamento.



Na atual gestão, também foi criado o Fumcad (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente), implantado o Sipia (Sistema de Informação e Proteção à Infância e Adolescência) e formulado o Mapa Abrinq, mantendo a cidade qualificada para receber o Prêmio Criança 2004.

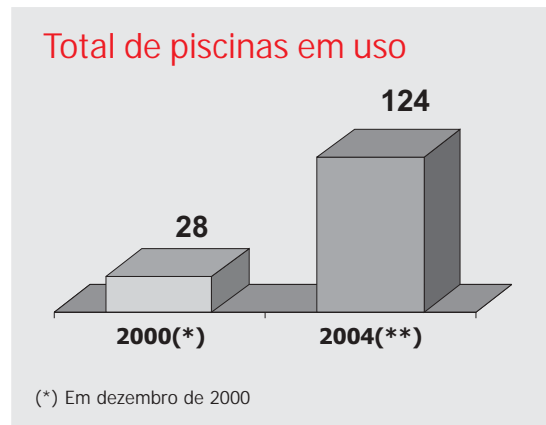
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente capta recursos privados

Outra conquista importante nessa área foi a instituição de uma política de captação de recursos privados para investimento nas políticas públicas de criança e adolescentes da cidade. Entre janeiro de 2001 e fevereiro de 2004, as doações totalizaram R\$ 13,739 milhões. Desse total, R\$ 3,3 milhões foram doados na forma de construções de três Centros de Educação Infantil. Outros R\$ 2,5 milhões estão sendo usados nos CEUs, em programas voltados para criança e adolescentes. O Fundo também captou R\$ 7 milhões ao final de 2003 e início de 2004 para investir em projetos que serão aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ESPORTE, CULTURA, MEIO AMBIENTE E LAZER

Aumenta em 343% o número de piscinas ativas da cidade

Quando começou o Governo da Reconstrução, funcionavam apenas 28 das 63 piscinas existentes nos Clubes da Cidade. Desde fevereiro de 2004, todas as piscinas estão em funcionamento, exceto duas que não puderam ser recuperadas e foram desativadas. Além disso, foram construídos 21 CEUs com três piscinas em cada um. Isso elevou em 343% a oferta desses espaços para a população, com um total de 124 piscinas em uso.



A atual gestão reconstruiu os parques aquáticos de quatro dos maiores clubes municipais: Vila Curuçá, Mooca, Vila Maria e Cambuci. A maior piscina pública de São Paulo, no Clube da Mooca, fechada desde 1993, foi reaberta em fevereiro último.

Voltou a funcionar, após 10 anos, em janeiro deste ano, a piscina semi-olímpica do Clube da Cidade Ibirapuera, para aulas, treinamentos e pequenas competições aquáticas.

Recreio nas Férias oferece atividades para 275 mil

O programa Recreio nas Férias oferece atividades culturais para estudantes da Rede Municipal de Ensino durante as férias escolares. Em janeiro de 2004, mais de 275 mil alunos participaram de atividades em parques, circos, museus, teatros e visitaram locais como o autódromo de Interlagos e o estádio do Pacaembu.

Nesta edição, a Prefeitura contratou 5.320 monitores e oficinairos. O programa contou também com 2.300 professores da rede, dezenas de técnicos e estagiários de educação física e agentes comunitários para orientar os jovens.

33 mil atletas participam de competição de esporte amador

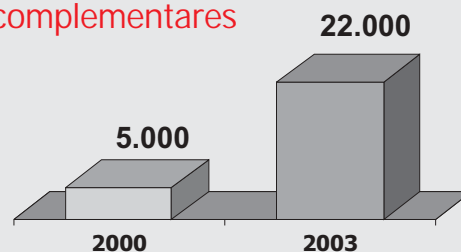
Em 2003, foi realizada a maior competição de esporte amador da capital, com a participação de 33 mil atletas em dez modalidades esportivas. Entre maio e setembro, foram realizados mais de 3.200 jogos. Em 2004, os Jogos da Cidade fazem parte das comemorações dos 450 anos de São Paulo.

Programa Mais Esporte amplia em 340% o número de crianças atendidas

O programa Mais Esporte no Segundo Tempo oferece atividades livres de esporte e recreação em horário complementar ao das aulas. Em 2003, 22 mil crianças foram atendidas.

Quando o Governo da Reconstrução assumiu, apenas o Projeto Futebol Comunitário oferecia atividades complementares e atendia a 5.000 crianças.

Crianças em atividades complementares



Em número de crianças por ano
Fonte: Secretaria Municipal de Esportes

Democratização da produção cultural

A atual gestão adotou uma política que busca a socialização da produção cultural, com a viabilização das produções dos bairros e o incentivo a novas iniciativas.

Nessa perspectiva, em outubro de 2003, foi criado o VAI (Programa de Valorização de Iniciativas Culturais), com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídios de até R\$ 15 mil, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Até 1º março de 2004, 67 projetos já haviam sido beneficiados pelo programa.

Prefeitura investe R\$ 12 mi ao ano com teatro, cinema e dança

Em 2001 foi aprovada a Lei de Fomento à Cultura, que instituiu o Programa Municipal de Fomento ao Teatro, cujo objetivo é apoiar a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção teatral. Mais de 60 grupos já foram beneficiados pelo programa, que disponibiliza cerca de R\$ 6 milhões por ano para a atividade. O cinema também foi beneficiado, com um investimento de R\$ 5,2 milhões para 33 filmes. Em 2003 foi criado Prêmio Estímulo à Dança e 35 grupos receberam cerca de R\$ 900 mil para realização de espetáculos nos CEUs.

CEUs viram pólos culturais na periferia

A atual administração transformou os CEUs (Centros de Educação Unificados) em grandes pólos culturais na periferia de São Paulo. Cada CEU conta com um teatro com ar-condicionado para 450 pessoas, salas multiuso com capacidade para 150 pessoas, bibliotecas com 10 mil volumes e capacidade para 30 mil, salas de dança, estúdios de TV e de rádio. Também foi criado o projeto Escola Livre de Artes na Maturidade, com quatro núcleos culturais que oferecem palestras, workshops, saraus e oficinas voltados para idosos.

Casas de cultura recebem 85 mil pessoas em seis meses

As Casas de Cultura funcionam como núcleos de linguagens artísticas e agregam aos projetos de cultura local a programação da Secretaria Municipal de Cultura. Além disso, fazem o mapeamento artístico regional, buscando fomentar novos projetos.

Com atividades ligadas a música, dança, teatro, artes plásticas e visuais, cinema e vídeo, as Casas de Cultura receberam 85 mil pessoas em seis meses. A cidade conta com 14 Casas de Cultura, oito delas reformadas por esta gestão, que também inaugurou uma. Neste ano serão construídas três novas unidades.

Dois novos museus na cidade

A Secretaria Municipal da Cultura instalará dois novos museus em São Paulo. O Museu da Cidade irá funcionar no Palácio das Indústrias, antiga sede da Prefeitura, no parque D. Pedro II. Já o Museu Afro-Brasil será instalado em uma área de 9 mil m² no parque do Ibirapuera, com a curadoria de Emanuel Araújo, que cederá mais de 700 peças de sua coleção particular. O museu abrigará apresentações de filmes e a realização de cursos e workshops sobre questões raciais. A cidade nunca teve museus desse tipo.

Galeria Olido: novo espaço para culturas urbanas

A Galeria Cultural Olido pretende se tornar referência, como espaço integrado de atividades artísticas. Com inauguração programada para o primeiro semestre de 2004, este é um dos principais projetos da Secretaria Municipal de Cultura integrado com a revitalização do Centro. A galeria ocupa uma área de quase 9 mil m², em cinco andares do prédio do antigo Cine Olido. Será toda envidraçada, numa proposta de convidar o transeunte para conhecê-la e participar de suas atividades. As características originais do prédio estão sendo preservadas e os espaços das antigas salas de cinema Olido 1, 2 e 3, foram mantidos.

A Olido terá salas de aulas de dança, espaços para exposições, cybercafé, sala de chá, sala com acústica projetada para música, sala de cinema, dois estúdios, um de TV e outro de gravação de CDs, um centro de artes gráficas e web design, entre outros espaços

Teatros distritais ampliam programação

O Governo da Reconstrução realizou grandes mudanças nos sete teatros distritais de São Paulo. Nas gestões anteriores, esses espaços eram apenas salas de eventos, utilizados na maioria das vezes por empresas e universidades. Atualmente os sete teatros têm programação cultural ativa e permanente, o que levou ao aumento da frequência dos cidadãos a estes teatros.

Bom exemplo é o Teatro Flávio Império, em Cangaíba (zona Leste), que foi restaurado com o auxílio da Prefeitura e da comunidade, e atualmente é dirigido pela Cia. Estável de Teatro.

Biblioteca Mário de Andrade renova acervo

A Mário de Andrade é a segunda maior biblioteca do país, tem importância histórica para São Paulo e abriga em seu acervo de mais de 1 milhão de documentos e objetos, entre livros,

coleções de artes, mapas, obras raras (como cópias das primeiras cartas escritas pelo padre Manuel da Nóbrega no Brasil), jornais, revistas e moedas. Cerca de 20 mil páginas desse acervo foram digitalizadas com o apoio da iniciativa privada, o que torna o sistema mais democrático e de fácil pesquisa.

Além disso, a Biblioteca Mário de Andrade está em reforma. A área construída será ampliada em 5.000 metros quadrados: a sala de leitura vai dobrar sua capacidade, três níveis de subsolo serão criados para abrigar um laboratório de restauro e microfilmagem. Também serão construídos um novo auditório para 300 pessoas e um centro de referência para professores, além de espaços de sociabilização e acesso, como café, restaurante e Internet livre.

Theatro Municipal amplia número de frequentadores

O Theatro Municipal de São Paulo voltou a ser palco de grandes espetáculos e a oferecer uma rotina cultural, com entrada gratuita. Os ingressos para apresentações pagas são muito mais acessíveis e agora podem ser adquiridos pela Internet ou na bilheteria, que foi informatizada.

O Municipal realiza uma série de projetos gratuitos, como as Vesperais Líricas, os Concertos do Meio-Dia e as Férias no Municipal. Além disso, todas as óperas têm pré-estréia aberta ao público e à participação de escolas. O Theatro Municipal também abriu seu palco para a música popular de qualidade e, por meio do Projeto Gente Fina, apresenta com entrada franca grandes nomes da MPB. O espaço físico também conta com melhorias: as poltronas, que rangiam durante os espetáculos, foram trocadas, e foi instalado ar condicionado.

Em 2001, primeiro ano desta gestão, o Municipal recebeu 144.373 pessoas. Em 2003 o público foi de 243.917.

Centro Cultural recebe investimento, passa por reformulação e amplia freqüência em 30%

Em 2001 o Centro Cultural São Paulo estava em condições precárias de funcionamento. Havia problemas no prédio, no acervo, na programação e na estrutura administrativa.

A prioridade do Governo da Reconstrução foram obras de segurança e acessibilidade. O projeto inclui a reforma do telhado e da fachada, impermeabilização das lajes e construção de banheiros para deficientes físicos. Também foi construída uma sala de debates e foram reformulados os espaços para exposições. Estão em andamento reformas nas redes elétrica e hidráulica, além de obras para melhorias nas salas de espetáculos, e a construção de uma praça com rampa de acesso à estação Vergueiro do Metrô, prevista no projeto original.

Os acervos do Centro Cultural passaram a receber especial atenção. A Pinacoteca Municipal, a Discoteca Oneyda Alvarenga, incluindo a coleção da Missão e Pesquisas Folclóricas e o

Arquivo Multimeios, estão sendo restaurados, digitalizados e recatalogados; farão parte de um banco de dados único, o que tornará sua consulta acessível através da Internet. As bibliotecas receberam 5 mil novos títulos e também foram reformadas.

Nesta administração o orçamento do Centro Cultural triplicou: passou de R\$ 2,9 milhões para R\$ 8,5 milhões. Também foi revitalizada a Associação Amigos do CCSP, permitindo a captação de patrocínio junto a diversas instituições. Em 2002 foram arrecadados R\$ 200 mil; em 2003, R\$ 1,3 milhão.

O público correspondeu ao investimento feito. A frequência anual passou de 490 mil usuários, em 2002, para 650 mil, em 2003, registrando um crescimento de 32%.

Aniversário resgata auto-estima do morador da cidade

Em 25 de janeiro de 2004 a cidade de São Paulo fez 450 anos. As comemorações organizadas pelo Governo da Reconstrução começaram no *Reveillon* e vão se estender ao longo de todo o ano, presentes nos eventos e realizações da Prefeitura e seus parceiros.

Mais que uma comemoração, o aniversário da cidade, foi, e continuará a ser, uma demonstração do recente resgate da valorização do espaço urbano e da auto-estima do morador da cidade e da diversidade cultural que São Paulo abriga.

Eventos marcam a história da cidade

- * Réveillon dos 450 Anos, que reuniu cerca de 1,9 milhão de pessoas na avenida Paulista.
- * No dia 25 de janeiro foram realizadas diversos shows e a Parada 450 anos, que envolveu toda a população e reuniu 1 milhão de pessoas. São Paulo foi prestigiada por representantes de outras nações.
- * A região central ganhou novo impulso com a transferência do gabinete da prefeita e de secretarias municipais para o viaduto do Chá.
- * Inauguração das fontes do Parque Ibirapuera.
- * Também ocorreram dezenas de outros eventos, como shows em diversas regiões da cidade; os projetos Recreio nas Férias e Viva São Paulo no Verão; a inauguração do Projeto Cinema ao Ar Livre; a I Volta de Ciclismo do Estado de São Paulo; o lançamento dos selos comemorativos dos 450 anos de São Paulo.
- * Carnaval em homenagem ao aniversário da cidade, com todas as escolas desfilando enredos sobre os 450 anos.
- * Mostra sobre Picasso, ressaltando a importância de São Paulo como metrópole cultural.
- * Exposição de fotos sobre a cidade de Araquém Alcântara.
- * Publicação de livro, com a editora Senac, sobre os 450 anos de história de São Paulo.

Realizações ao longo do ano levam a marca dos 450 anos

Também estão inseridas na programação de fevereiro o lançamento do Concurso Municipal Universitário de Fotografia; a II Conferência Internacional da Rede URB-AL 10 "Luta Contra a Pobreza Urbana"; a Mostra São Paulo - Teatro na Cidade.

Mas as comemorações não param por aí. A marca *450 Anos* estará presente em eventos e realizações da Prefeitura e parceiros durante os demais meses de 2004. O ano também será marcado por ações que requalificam a cidade e equipamentos públicos. Destacam-se a reurbanização do Parque Dom Pedro II, a reforma do Mercado Municipal e a revitalização do Bixiga e da avenida Paulista.

Prefeitura reforma Planetário do Ibirapuera e constrói planetário no Parque do Carmo

As duas obras, realizadas em parceria com a iniciativa privada, serão concluídas até o final desta gestão. Vão atender cerca de 1,6 milhão de pessoas ao ano.

O Planetário do Ibirapuera é o primeiro planetário da América Latina. Inaugurado em 1957, foi interditado em 1999 devido a problemas estruturais decorrentes da falta de manutenção nas gestões anteriores.

A reforma começou em novembro de 2003 e ficará pronta até o final deste ano. Com capacidade para 300 pessoas, o planetário terá equipamentos de última geração, espaço cultural multimídia, com exposição de painéis interativos, e um meteorito verdadeiro, com idade estimada entre 3 e 4 bilhões de anos. A estimativa é que o Planetário do Ibirapuera receba cerca de 600 mil pessoas ao ano.

Já o Planetário do Carmo será inaugurado em julho próximo. A sala de projeção terá capacidade para 222 pessoas e contará com projetores periféricos que permitem a simulação de viagens pelo espaço em diferentes épocas. O público também poderá ver como o céu vai estar daqui a 100 anos, acompanhar a passagem do Cometa Halley e ver a simulação de uma viagem pela superfície de Marte.

A Prefeitura vai reformar a EMA (Escola Municipal de Astrofísica), ampliando o acesso da população aos cursos oferecidos. O local abrigará a Biblioteca Astronômica da Cidade e um auditório com capacidade para 120 lugares.

16% do município viram área de preservação ambiental

Em 2001, primeiro ano da atual gestão, foi criada a Área de Preservação Ambiental Capivari-Monos, que tem 25 mil hectares - o equivalente a 16% da área total do município. Localizada nos distritos de Marsilac e de Parelheiros, no extremo-sul da cidade, a reserva abrange parte da bacia hidrográfica do Guarapiranga e da Billings, além de toda a bacia hidrográfica do Capivari-Monos, que contribui para o abastecimento hídrico da região metropolitana de São Paulo. A Secretaria do Verde entrou com pedido de tombamento da Cratera de Colônia, que possui grande valor científico e ambiental.

Em fevereiro de 2003 foi editado decreto que delega aos agentes de controle ambiental poder para fiscalizar e multar infrações ambientais. Eles agora têm poder de polícia administrativa, com atribuição para apurar eventuais práticas de infração ambiental. As multas aplicadas são revertidas para o Fundo Especial de Meio Ambiente e investidas em São Paulo.

Investimento melhora parques e inaugura Chácara das Flores

Depois de cinco anos sem a criação de parques na cidade, em setembro de 2002 foi entregue o Parque Chácara das Flores, em Guaianases (Zona Leste), que beneficia diretamente cerca de 500 mil pessoas. O local recebeu investimentos de R\$ 330 mil, obtidos de um parceria entre a Prefeitura e a Comgás. Até o final de 2004, outros três parques serão criados: o Vila do Rodeio, em Cidade Tiradentes; o Parque da Vila Prudente; e o Jacinto Alberto, em Pirituba. Todos os parques da cidade receberam novos equipamentos, passaram por reformas e tiveram a segurança reforçada pela Guarda Civil Metropolitana.

A população passou a participar diretamente da administração dos parques municipais, por meio dos Conselhos Gestores. A Prefeitura também reformou todos os antigos parques existentes na cidade. Além disso, foi elaborado o Plano Diretor do Parque Ibirapuera, que prevê aumento de suas áreas verdes e a criação de novos espaços culturais, como o Auditório do Ibirapuera e o Museu Afro-Brasil, além das fontes multimídias já instaladas.

A Prefeitura editou, em junho de 2003, decreto que criou o Parque Natural do Carmo, com espécies remanescentes de Mata Atlântica da Área de Preservação Ambiental do Carmo. A medida vai preservar uma importante área verde na Zona Leste.

Programa cria novas praças

O Procav (Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Viário e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale) permitiu a construção de dez novas praças em diferentes pontos da cidade. O programa, que estava parado e foi reativado em 2001, entregará mais sete praças à cidade até o final deste ano. Além das praças, foram reformados o Casarão do Parque do Carmo, a Estrebaria do Parque Chácara das Flores e o Centro Cultural do Parque Chico Mendes.

93 hectares de árvores plantadas em toda cidade

Desde que o Governo da Reconstrução começou, foram plantadas 58,5 mil árvores em toda a cidade. Considerando que cada árvore pode ocupar uma área de 16 metros quadrados, durante os últimos três anos a cidade recebeu 93,10 hectares de área verde, o equivalente a 93 estádios do Morumbi.

Cidade ganha Atlas Ambiental

A Prefeitura elaborou uma versão digital do Atlas Ambiental da Cidade de São Paulo e editou uma versão impressa da mesma publicação. Com 300 páginas, 60 mapas e 100 fotos, o Atlas apresenta a fauna, flora, clima, hidrografia e outros aspectos importantes da ecologia urbana. O Atlas é resultado de um estudo profundo e inédito na cidade, e vai se tornar instrumento fundamental para estudantes, pesquisadores e outros interessados.

IGUALDADE E PARTICIPAÇÃO

Prefeitura amplia atendimento a vítimas de violência

A atual gestão reestruturou a Coordenadoria Especial da Mulher, que planeja e propõe políticas de gênero. São de responsabilidade da Coordenadoria, por exemplo, as políticas de atendimento a mulheres vítimas de violência.

O Governo da Reconstrução reabriu a Casa Helenira Rezende, inaugurou a Casa Brasilândia e ampliou a Casa Eliane de Grammont. No início de 2001 havia apenas um abrigo conveniado com a Prefeitura. Hoje, além desse serviço, há outros três centros (Casa Sofia, Centro de Atendimento à Mulher Cidinha Kopcak e Casa de Isabel) e um abrigo (Fundação Francisca Franco – Casa da Mamãe).

A Coordenadoria também participa do Programa URB-AL, de cooperação descentralizada da Comissão Européia, que permite intercâmbio entre as cidades da União Européia e da América Latina. O órgão coordenou o projeto “Emprego e Cidadania Ativa para as Mulheres”.

Em parceria com cinco municípios da Europa e América Latina e uma ONG dedicada aos estudos de gênero, situada em Montevideu, o projeto realiza acompanhamento, análise e estudo de aspectos da política municipal de emprego e renda dirigida a mulheres. A Coordenadoria também realizou a Primeira Conferência Municipal de Mulheres da Cidade de São Paulo, em agosto de 2002. A segunda conferência acontece em abril de 2004.

Coordenadoria define políticas para a juventude

Esta gestão criou a CEJ (Coordenadoria Especial da Juventude), com o objetivo de atender às demandas de cerca de 20% da população da cidade que se encontra na faixa etária de 15 a 24 anos. O papel da CEJ é a valorização das idéias, iniciativas e projetos, abrindo e fomentando espaços para a participação dos jovens na esfera do poder público.

O órgão lançou no ano passado o Mapa da Juventude, a mais importante pesquisa já feita sobre o segmento na capital. O estudo identifica e localiza geograficamente os grupos, os equipamentos públicos que os atendem e as atividades desenvolvidas - esportiva, cultural, social ou religiosa. A idéia é que, com este diagnóstico, seja possível elaborar e aprimorar as políticas públicas.

A Coordenadoria também promove o maior festival de Hip Hop do país, o Agosto Negro, que no ano passado apresentou 34 shows gratuitos na cidade e realizou debate com o ministro da Cultura, Gilberto Gil. Outro evento de grande repercussão é a Semana Jovem, que concentra dezenas de atividades de música, teatro, esportes e moda, entre outros, direcionadas aos mais diferentes grupos.

No ano passado, a 3ª edição da Semana Jovem teve como tema “São Paulo sem preconceito”. Além desses eventos, a Coordenadoria estimula e promove práticas esportivas. O skate, por exemplo, ganha cada vez mais espaço. Em 2003 foi realizado o 1º Circuito Municipal de Skate Amador de São Paulo. Até o final da atual gestão serão construídas 65 pistas para a prática da modalidade.

Negros: política pela igualdade envolve secretarias da área social

Com a coordenação da Cone (Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra), a atual gestão buscou garantir que as políticas públicas e os programas do governo municipal atendessem à população negra, proporcionando igualdade de oportunidades no acesso aos serviços públicos e outros programas de redistribuição de renda, e diminuição das desigualdades sociais entre os grupos étnicos da cidade.

A Cone, em parceria com órgãos municipais, organizou a edição de uma Bibliografia Afro-Brasileira, com 40 títulos, que vão do gênero infanto-juvenil a estudos sociológicos, disponibilizados em toda a Rede Pública Municipal de Ensino, num total de 30 mil exemplares. A Prefeitura promoveu, nas escolas municipais, a capacitação de educadores e orientadores de sala para um melhor trabalho sobre o tema com os alunos.

A Coordenadoria também trabalhou pela implementação do Programa de Prevenção e Assistência Integral aos Portadores do Traço de Falciforme e da Anemia Falciforme na Rede Municipal de Saúde e promoveu a Conferência Municipal de Saúde da População Negra, entre outros eventos.

Idosos têm garantidos transporte gratuito, saúde e lazer

O Sistema Interligado de Transportes ampliou o atendimento diferenciado aos idosos através do cartão eletrônico. O cartão garante o acesso gratuito e a circulação indiscriminada às mulheres com 60 anos ou mais e aos homens com 65 anos ou mais nos 15 mil veículos da rede de transporte público da cidade. Até o final de 2003 foram cadastrados 400 mil idosos e entregues 270 mil cartões eletrônicos. Até o final de 2004, 600 mil idosos serão beneficiados por este sistema.

A população com 60 anos ou mais conta com o programa de Atenção à Saúde do Idoso que tem como prioridade estruturar e articular serviços e ações de saúde para prestar assistência integral ao cidadão idoso de acordo com suas necessidades específicas. O programa conta com atendimentos preventivos e assistenciais, envolvendo de forma multidisciplinar e multifuncional os diversos equipamentos e áreas da saúde.

Localizado nos baixos do Viaduto do Chá, o Centro de Referência do Idoso está em reforma e adequação. O Centro oferecerá central de informações voltadas aos idosos, ouvidoria, telecentro, atividades culturais, auditório. Também sediará o Conselho Municipal do Idoso.

Portadores de deficiência contam com transporte gratuito porta-a-porta e outros serviços públicos especiais

A Prefeitura está ampliando o Atende, serviço gratuito de transporte porta-a-porta que garante a locomoção do portador de deficiência impossibilitado de utilizar o transporte coletivo da cidade. Em 2001, depois de anos sem ampliação, a atual administração aumentou em 150% o número de pessoas beneficiadas. Hoje o serviço tem 2.200 pessoas cadastradas e atende mensalmente, através de 124 veículos, uma média de 1.182 credenciados e 1.068 acompanhantes. Estão sendo incorporados à frota do Atende mais 141 carros.

Para os portadores de deficiência usuários do sistema convencional de transporte público da cidade, o Governo da Reconstrução instalou 12 postos para cadastramento e aquisição gratuita da Carteira de Passageiro Especial, inclusive descentralizando este atendimento para as subprefeituras. Os postos contam com banheiros adaptados, rampas e equipamentos que facilitam o acesso seguro do deficiente.

Além disso, foram instaladas 2.600 guias rebaixadas que facilitam a acessibilidade aos equipamentos públicos da cidade.

Em 2002 a Prefeitura criou o Cartão DeFis-DSV, uma autorização especial para estacionamento de veículos em vagas para portadores de deficiência física, sinalizadas com o símbolo internacional de acesso, nas vias e logradouros públicos. O cartão anterior era vinculado ao veículo e concedido somente a pessoas portadoras de deficiência física ambulatória (membros inferiores) que dirigissem seu próprio carro. Agora, o cartão é emitido em nome do portador de deficiência, seja ele condutor ou passageiro. Este cartão é também mais abrangente: além dos portadores de deficiência física ambulatória, terão direito a ele pessoas com alto grau de mobilidade reduzida temporariamente.

INFRA-ESTRUTURA

Uma revolução no transporte coletivo

Esta administração fez uma grande revolução no transporte público da cidade, com a criação do Sistema Interligado, que começou a ser estruturado após a aprovação da lei 13.241, em dezembro de 2001.

A nova lei é uma referência para o planejamento do transporte público. Estabeleceu a fixação de contratos duradouros e uma nova relação com os operadores privados do sistema, exigindo serviços de qualidade, com novas tecnologias e renovação da frota. O novo sistema também permitiu a formação de consórcios e de cooperativas, que incluem operadores autônomos no sistema, como os perueiros.

A mudança no sistema foi realizada com a participação da sociedade em audiências públicas e encontrou grande resistência dos empresários e do Sindicato dos Motoristas. O boicote do setor à administração municipal foi amplamente noticiado. Seus autores ficaram conhecidos como a “máfia dos transportes”, cuja investigação levou à prisão de diretores do sindicato, que foram denunciados criminalmente e agora aguardam julgamento em liberdade.

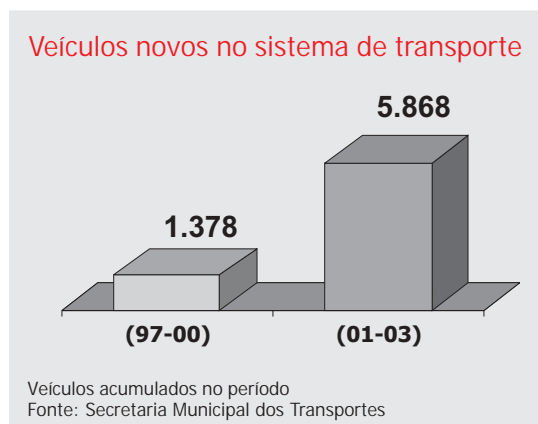
Com o Interligado, o subsistema estrutural, formado pelos principais eixos viários da cidade, recebe linhas do diversos subsistemas locais, que organizam o tráfego de ônibus nos bairros. Para que os usuários possam efetivar sua viagem de maneira integrada, utilizando os dois subsistemas, foram criados os Terminais de Integração e Estações de Transferência.

O Governo da Reconstrução trata a gestão da mobilidade como instrumento de desenvolvimento sustentado e inclusão social, garantindo a circulação de pessoas, mercadorias, bens e serviços.

Transporte coletivo tem 7 mil veículos novos

O Governo da Reconstrução fez com que, até 2003, 5.868 veículos novos entrassem em circulação no Sistema Interligado de Transporte Coletivo: 2.377 veículos no subsistema estrutural e 3.491 veículos no subsistema local. Atualmente já são 7 mil veículos novos e, até o final de 2004, serão 8.000. Entre 93 e 96, a cidade recebeu 4.235 novos ônibus. Durante 97 e 2000, foram 1.378.

A partir de 2007, a frota terá idade média inferior a 5 anos, não podendo incluir nenhum veículo com idade superior a 10 anos. A atual gestão obteve redução da idade média da frota de 7,5 anos, em 2000, para sete anos em 2004. Também haverá veículos novos nas substituições dos que operam nos corredores segregados existentes e no início de operação dos novos.



Prefeitura constrói dez novos terminais de ônibus

O Governo da Reconstrução constrói dez novos terminais de ônibus, sendo que quatro já foram entregues à população e outros cinco estão em fase de instalação. Os quatro terminais de ônibus já entregues são: Pirituba, Lapa, Jardim Ângela e Parelheiros. Os outros seis que estão em fase de implantação são: Guarapiranga, Sacomã, Dom Pedro II, Grajaú, Varginha e Amaral Gurgel.

Além disso, foi construído o Passa-Rápido Pirituba-Lapa-São João. Estão projetadas 325 estações de transferência nos pontos de conexão da rede estrutural de transporte, além de projetos no entorno dos 20 terminais já existentes e em seis novos terminais (Rede Integrada de Transportes).

Até o final de agosto de 2004, estarão prontos os Passa-Rápido Ibirapuera, com 4 quilômetros; o Guarapiranga, que terá 9,4 quilômetros e dois terminais; o Rio Bonito, totalizando 30 quilômetros e três terminais; e o trecho de 10,3 quilômetros entre as avenidas Francisco Morato, Rebouças e Consolação. Também serão reformados os corredores Santo Amaro/9 de Julho (13 quilômetros), Marquês de São Vicente/Rio Branco (12 quilômetros) e Itapecerica/João Dias (9 quilômetros). Essas obras têm investimento de R\$ 265 milhões e vão beneficiar diretamente 2,3 milhões de pessoas.

Cidade prepara uso do bilhete único

A Secretaria Municipal de Transportes prepara o uso do bilhete único em todo o Sistema Interligado de Transporte. Já foram instalados 15 mil validadores eletrônicos em toda a frota de veículos coletivos estrutural e local. Também foram distribuídos 430 mil cartões eletrônicos de gratuidade para idosos até abril de 2004. Até o final de março de 2004, 500 mil estudantes vão receber cartões que permitem o pagamento da tarifa com desconto. Mais 1 milhão de cartões, que poderão ser carregados com créditos, estão prontos para distribuição.

Aumenta a velocidade média em vias de trânsito rápido

O novo plano operacional de ações integradas tem como resultado, desde o início da atual gestão, a queda sistemática nos índices médios de lentidão e o aumento da velocidade média nas vias de trânsito rápido, atualmente de 32 km/h. Em 2000, último ano da gestão anterior, a velocidade média nas vias de trânsito rápido era de 29 km/h. São removidos diariamente 835 veículos quebrados, com tempo médio de deslocamento até o local da interferência de 12 minutos.

Número de mortes no trânsito é o menor em 30 anos

A atual gestão obteve o menor índice de mortes no trânsito dos últimos 30 anos na cidade. Isso é fruto de um programa de segurança no trânsito que incluiu a realocação de faixas de travessia, a instalação de novos semáforos e a construção de refúgios para pedestres.

Os padrões internacionais estabelecem que são aceitáveis índices inferiores a 3,0 mortes no trânsito por ano para cada 10 mil veículos. O índice paulistano foi de 2,9 em 2001, e de 2,2 em 2003. Em 1993, o índice era de 6,0 e em 1997, de 4,3.

Além de preservar vidas, a política de segurança no trânsito reduziu em R\$ 116 milhões os custos dos acidentes de trânsito, que foram estimados em R\$ 1,2 bilhão para 2001.

2.200 faixas de pedestres são iluminadas

Para promover a segurança no trânsito, a atual gestão iluminou 2.200 travessia de pedestres, o que gerou uma redução de 50% no número de atropelamentos noturnos nessas faixas em apenas um ano. Também foram implantados novos pontos de travessia e realocados outros, instalados ainda novos semáforos para pedestres e elevado o tempo de sinal verde para travessia.

Foram atendidas 417 mil pessoas no Centro de Treinamento e Educação de Trânsito, entre crianças, alunos de escolas, professores, idosos, instituições, condutores, motoristas de táxi, motociclistas e motofretistas.

Ação coordenada melhora trânsito na cidade

Uma ação coordenada entre a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e a SPTrans (São Paulo Transporte) trouxe melhorias para o trânsito da cidade, com a implementação de 156,3 km de corredores com alto volume de ônibus (Via Livre), obtendo uma redução de 27% no tempo de percurso, beneficiando mais de 4 milhões de usuários/dia, reduzindo a perda de tempo nos trajetos.

Taxistas recebem alvarás e vagas em ponto por sorteio

O Governo da Reconstrução está normatizando o setor de táxi, democratizando a distribuição de alvarás e pontos, além de coibir a ação dos carros de praça clandestinos. Agora é obrigatório o uso do cartão de identificação do motorista e do selo holográfico. A legislação das frotas também está sendo alterada e prevê que, dos 4.200 alvarás hoje em poder das empresas, 700 devam pertencer aos condutores que trabalham nas frotas. A Prefeitura aguarda decisão judicial para mudar esse sistema.

Além disso, foram sorteadas, em setembro de 2003, 2.008 vagas em pontos privativos de táxi e mais de 7.000 vagas livres são sorteadas a cada três meses.

150 km de vias públicas recapeadas

Os serviços de manutenção nos corredores e avenidas de tráfego intenso são realizados pelos mutirões locais. Em três anos, foram recapeados 150 quilômetros de vias públicas. A Secretaria das Subprefeituras investiu R\$ 4,5 milhões na operação tapa-buraco, com conserto de 70 mil pontos, e R\$ 35 milhões em recapeamento das principais avenidas. Esses serviços também foram executados por outras secretarias e pelas subprefeituras isoladamente.

Mapa das áreas de risco orienta ação integrada

Com base em levantamento inédito das áreas de risco da cidade, o Governo da Reconstrução definiu a Política Municipal de Gerenciamento de Riscos Ambientais em Áreas de Ocupação Precária, um conjunto de ações que orienta investimentos em obras e serviços prioritários em áreas de risco, visando a sua reabilitação.

Prefeitura recupera nove viadutos na cidade

O Governo da Reconstrução iniciou em 2002 a recuperação de nove viadutos na cidade e realizará obras estruturais em outros dez, a partir deste ano.

Os nove viadutos que já estão em obras são: Augusta, Bresser, Café, Conselheiro Carrão, Lapa, Plínio de Queiroz, Pacheco Chaves, Orlando Murgel e a segunda etapa da reforma do elevado do Glicério. A partir deste ano, serão reformados outros 10 viadutos: Ministro Aliomar Baleeiro, Alberto Badra, Diário Popular, Santo Amaro, Bandeirantes, São Carlos, Engenheiro Antônio Carlos Aguiar, Beneficência Portuguesa, Pacaembu e Dona Paulina.

A Prefeitura também teve de fazer intervenções nas pontes Eusébio Matoso e Atilio Fontoura, que sofreram acidentes e tiveram suas estruturas comprometidas.

40 obras em galerias combatem enchentes

Durante os três primeiros anos do Governo da Reconstrução, foram executadas mais de 40 obras para recuperação de galerias de águas pluviais, muros de arrimo, escadarias hidráulicas e contenção das margens. Essas obras atingem diretamente as causas das enchentes por meio de um plano de microdrenagem, com ações de curto prazo ou emergenciais.

São Paulo Protege: solidariedade à população e coordenação das ações

O programa São Paulo Protege, implantado pela atual gestão, tem por objetivo reduzir os efeitos nocivos causados pelas chuvas de verão. Nesse período, o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergência) faz plantão de 24 horas por dia, com nove estações meteorológicas e 28 pluviômetros, para informar a população sobre a possibilidade de alagamentos na cidade.

O programa também realiza vistorias técnicas permanentes e cadastrou 334 Nudecs (Núcleos de Defesa Civil). O município tem 1.666 pessoas treinadas para atuar em acidentes graves e 31 Coordenações Distritais da Defesa Civil. São constantemente realizados mapeamentos das áreas de risco. Em três anos, a Prefeitura investiu R\$ 48,4 milhões no apoio aos Bombeiros. O São Paulo Protege é um programa que envolve diversas secretarias e setores da administração, como as Subprefeituras, o Limpurb e a CET, dentre outras.

Novo sistema de limpeza pública deixa a cidade mais limpa

Mudanças melhoram o serviço em São Paulo

O Governo da Reconstrução encontrou os contratos para limpeza urbana vencidos, os serviços saturados e mal realizados. Esta administração regularizou a contratação das empresas prestadoras de serviço e elaborou um sistema de concessão. Para reestruturar a limpeza urbana, criou uma nova gestão, com o objetivo de evitar o colapso do sistema com o final da vida útil dos aterros sanitários, viabilizar recursos e atender à necessidade de adequação dos serviços aos princípios de qualidade ambiental.

Para isso, foram instituídas novas regras de contratação e regulação (concessão, permissão, autorização e credenciamentos), estabelecidas novas formas de financiamento e responsabilização (cobrança de taxa baseada no volume gerado) e criados o Fundo Municipal de Limpeza Urbana e a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana.

Esse novo sistema busca motivar o contribuinte a reduzir a produção de resíduos. A cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos, conhecida como “taxa do lixo”, faz com que o custo geral dos serviços de coleta, de transporte, de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos (de natureza residencial e não-residencial) seja mais bem rateado entre os contribuintes, na proporção do volume de resíduos gerados, promovendo um mecanismo de justiça fiscal.

Os custos da limpeza urbana de São Paulo são os mais baixos dos últimos 10 anos. Só com o uso da água de reuso a economia é de R\$ 1,2 milhão por ano.

Coleta por contêiner e varrição descentralizada

Com o novo sistema, a coleta de lixo será progressivamente feita por contêiner. Isso previne acidentes com coletores e deixa a cidade mais limpa porque o lixo não será levado pela chuva ou por animais. Também contribui com a limpeza da cidade a descentralização dos serviços de varrição, que agora são responsabilidade das Subprefeituras, facilitando a fiscalização.

Prefeitura cria programa de Coleta Seletiva Solidária

O programa de Coleta Seletiva Solidária aumentou em 700% a capacidade de coleta - de 5 para 40 toneladas por dia. O sistema ainda está em fase de implantação e já atinge 1,12 milhão de domicílios e 3,23 milhões de habitantes em 15 subprefeituras e 45 distritos da cidade. O programa criou 300 empregos nas Centrais de Triagem de coleta seletiva. Até o final de 2003 foram implantadas 14 Centrais de Triagem. Para 2004 estão previstas mais 17 Centrais, totalizando 31 unidades, sendo uma por subprefeitura.

Entre as 14 Centrais de Triagem, cinco são operadas por cooperativas de catadores que são responsáveis pela venda do material. A renda gerada retorna aos cooperados. A coleta seletiva solidária contribuiu para a melhoria ambiental e tem um caráter de inclusão social.

Poda de árvores é ampliada em 584%

Principal reivindicação da população através do serviço 156, a poda de árvores foi retomado pela atual gestão. Em 2000, foram 12.332, em 2003, 84.290 podadas. Além de ampliar a quantidade do serviço, a prefeitura está realizando estudo da saúde das árvores da cidade, procurando recuperá-las e evitar quedas, com eventuais danos a pessoas e bens.

Serviço de manutenção reduz número de lâmpadas apagadas

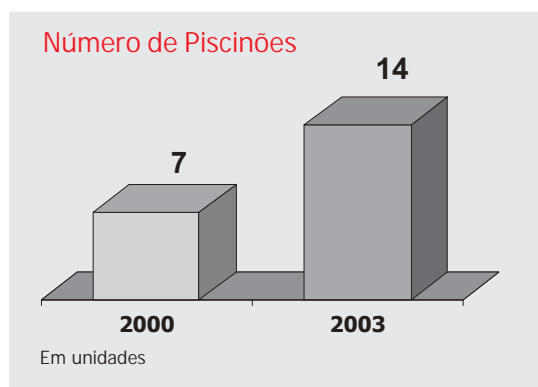
A rede de iluminação pública da cidade de São Paulo é constituída por 525 mil lâmpadas instaladas e mais de 1 milhão de postes, um dos maiores acervos do mundo. A operação e a manutenção desse sistema mobilizam 90 equipes, que realizam cerca de 10 mil intervenções mensais. Historicamente, a cidade de São Paulo sempre teve de 7% a 10% do parque apagado, dentro do prazo que se tem para a troca das lâmpadas queimadas e o restabelecimento do sistema.

Com a troca de lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio, mais eficientes e econômicas, mutirões de manutenção e compra de novos equipamentos, está melhorando a rede de iluminação pública na cidade, que há mais de dez anos não recebia nenhum investimento em manutenção e ampliação.

Hoje, a Prefeitura está trabalhando com uma margem de 2% a 3% do campo apagado. O número de reclamações, através da Central 156, também teve uma queda considerável.

Prefeitura dobra o número de piscinões na cidade

O Governo da Reconstrução dobrou o número de piscinões na cidade, de sete no final do governo anterior para 14 até o final do ano passado, e triplicou a capacidade de armazenamento de água, de 1,5 bilhão de litros para 4,5 bilhões, no mesmo período. Além disso, outros quatro piscinões estão em obras e devem ser entregues à população até o final deste ano.



Os piscinões já inaugurados são: Rincão, Inhumas, Aricanduva II, Aricanduva III, Aricanduva V, Pedreira/São Mateus e Guaraú. Estão em obras os seguintes piscinões: Praça da Bandeira, Praça 14 Bis, Oratório/Mauá e Pirajussara.

Obras de grande porte, os piscinões são reservatórios que funcionam como várzeas artificiais e representam uma das melhores alternativas já criadas pela engenharia para o combate às enchentes. Além disso, foram executadas mais de 40 obras para recuperação de galerias de águas pluviais, muros de arrimo, escadarias hidráulicas e contenção de margens. O objetivo é empreender um equacionamento das enchentes, atingindo diretamente suas causas, por meio de um plano de macrodrenagem, com ações de curto prazo ou emergenciais.

Espera por pavimentação é reduzida em até 90%

A atual administração criou o PPUC (Plano de Pavimentação Urbana Comunitária), que permitiu uma redução de até 90% no prazo de espera pela pavimentação, que chegava a ser de 10 anos. Entre 2001 e 2004 foram pavimentadas 150 km de vias, em 633 ruas de terra na periferia da cidade, atendendo a 300 mil moradores. O PPUC prevê a possibilidade de os moradores de uma rua entrarem em contato com a subprefeitura e indicarem a via pública para o plano. Para que o pedido seja aprovado é necessário que a rua seja oficial e tenha água e esgoto. Os munícipes pagam pelos serviços diretamente à empresa responsável pela obra. O valor pode ser dividido em até 24 parcelas fixas.

O Plano de Pavimentação e Urbanização Comunitária, tem um aumento significativo no valor dos investimentos em pavimentação:

2001	2002	2003	2004
R\$ 1 milhão	R\$ 15 milhões	R\$ 39 milhões	R\$ 46 milhões

O PPUC sofreu uma mudança importante em 2003, na sua forma de financiamento:

- * A Prefeitura entrava com 60% do custo da obra e a comunidade financiava 40%
- * Em 2003, a Prefeitura aumenta sua participação para 80 % do custo da obra e a comunidade passa a financiar 20%

Novo viaduto melhora acesso ao Itaim Paulista

Além dos recursos aplicados em reformas, esta gestão está investindo na construção de novos viadutos. O Carlito Maia, no Itaim Paulista (zona Leste), já foi entregue e outros, como o Jaraguá (zona Oeste), estão em construção.

Nova iluminação pública reduz roubos em até 63%

Redução no número de roubos

- 9%** na Praça da Sé
- 22%** na Avenida Sapopemba
- 46%** na Avenida Cruzeiro do Sul
- 63%** na Avenida Antártica

Fonte: Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana

A substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio resultou em importante queda no número de roubos praticados em algumas das principais avenidas de São Paulo, com índices de redução de até 63%. As lâmpadas de vapor de sódio iluminam 3,8 vezes mais, gastam 32% menos energia elétrica e têm vida útil 66% maior.

As novas lâmpadas, instaladas em luminárias mais modernas, garantiram a melhoria da iluminação nos 150 principais corredores viários da cidade. Ao todo, 25 mil pontos foram remodelados ao longo de 560 km de vias. O investimento total da Prefeitura foi de R\$ 3,5 milhões.

Na região central, as praças da Sé e João Mendes, os viadutos do Chá e Santa Efigênia, o Pátio do Colégio, o Largo São Francisco e as ruas Líbero Badaró, Riachuelo, Senador Feijó, Benjamin Constant e Boa Vista já tiveram suas luminárias trocadas. Postes receberam pintura, lâmpadas de mercúrio foram substituídas pelas de sódio e os novos globos, com refletores internos, multiplicaram o alcance da luz. Ao todo, a região central teve 568 unidades de iluminação (tipo São Paulo antigo) renovadas e 1.182 globos ornamentais e lâmpadas substituídos.

Um convênio firmado entre a Prefeitura de São Paulo, a Eletropaulo e a Eletrobrás pretende restaurar cerca de 421 mil pontos de iluminação da cidade, no prazo de dois anos, trazendo uma economia de 35% de energia elétrica. Além disso, já foram instalados 1.190 pontos de iluminação em diversos bairros e CEUs, e 3.500 lâmpadas foram trocadas no entorno de 160 escolas em áreas críticas de violência e de desenvolvimento humano.

Obras em toda a cidade

A Prefeitura está realizando uma série de obras em toda a cidade, a maior parte delas para resolver problemas estruturais do trânsito.

Os recursos da Operação Urbana Faria Lima estão sendo usados para uma série de intervenções na região. Até agosto de 2004 serão entregues três trechos da interligação do prolongamento da avenida Faria Lima com a ligação Funchal/Haroldo Veloso. Ainda em 2004 serão realizadas também diversas obras para reconversão urbana do Largo da Batata.

A Operação Urbana Água Espreada vai viabilizar o prolongamento da avenida de mesmo nome, que deverá ter início em abril e ser concluído até o final deste ano.

Na região, também estão em andamento as obras de construção dos túneis nos cruzamentos da avenida Faria Lima com a Cidade Jardim e a Rebouças.

Já no Centro, os investimentos da Prefeitura estão permitindo a valorização da região. Foram concluídas as obras do Corredor Cultural/Praça D. José Gaspar e estão em andamento as reformas no Parque Dom Pedro II. Ainda este ano serão concluídas a requalificação da Vila Buarque, a nova iluminação no Centro, o Museu da Cidade e a intervenção na Favela do Gato.

Na Zona Leste, o programa de desenvolvimento econômico da região, inclui importantes obras viárias. Ainda este ano, serão entregues a duplicação, quatro passarelas e algumas obras complementares da avenida Jacu Pêssego. Em outubro, terá início a obra de duplicação da Ragueb Chofhi.

Além de melhorar o trânsito da cidade, essas obras geram cerca de 3.700 empregos, além de 13 mil postos de trabalho no Programa Ação Centro.

ZONA LESTE

Ação coordenada para reverter a exclusão

Apesar de estar localizada estrategicamente no centro da Região Metropolitana de São Paulo, entre o maior aeroporto e o maior porto do país, a Zona Leste tem participação reduzida na atividade econômica e concentra altos índices de exclusão social e desemprego. Para reverter esse quadro, esta administração criou o Programa de Desenvolvimento da Zona Leste, que inclui investimentos em infra-estrutura, educação e incentivos para a geração de empregos.

Obras viárias ligam região com principais vias

O prolongamento da Radial Leste, aproveitando o leito desativado da CPTM, vai interligar a Zona Leste com as marginais e as rodovias Dutra e Fernão Dias.

A extensão da Jacu-Pêssego, com a construção de uma ponte de aço e a duplicação da avenida Ragheb Chohfi, vai ligar o Aeroporto de Guarulhos ao Porto de Santos. A ligação intermodal entre o Aeroporto de Guarulhos e o Porto de Santos é uma parceria das prefeituras de São Paulo e de Guarulhos, do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e do Governo do Estado de São Paulo.

Zona Leste terá complexo educacional

O Complexo Educacional da Zona Leste será uma fundação pública de ensino técnico e superior, com dois campi. O primeiro campus funcionará em um prédio ao lado do Hospital Municipal de Cidade Tiradentes e vai oferecer cursos na área de biomédicas. Esse campus será construído em 2004 e receberá a primeira turma em 2005. O segundo, ficará na região de Itaquera.

Estudo aponta potencial para 390 mil novos empregos

A Prefeitura realizou uma pesquisa, em parceria com grandes grupos privados, que indicou o desenvolvimento de três setores na Zona Leste: em primeiro lugar, o setor têxtil, seguido pelo de máquinas e ferramentas e o de turbinas para geração de energia com gás natural. A região tem potencial para criação de 390 mil empregos diretos e indiretos.

ZONA SUL

Prefeitura prepara programa para a Zona Sul

A Prefeitura prepara um projeto de desenvolvimento econômico da Zona Sul, nos mesmos moldes do plano feito para a zona Leste. O foco para o programa são as subprefeituras de Campo Limpo, M'Boi Mirim e Capela do Socorro, que concentram a maior parcela da população da região.

CENTRO

Programa aumenta interesse pelo Centro

Desenvolvido em parceria com a sociedade civil, o programa Ação Centro tem o objetivo de reverter o processo de degradação e desvalorização do Centro da cidade, aumentando o interesse residencial e comercial pela área. Coordenado pela Emurb, com o apoio de 16 secretarias municipais, da Subprefeitura da Sé e de cinco empresas municipais, o programa tem investimentos previstos de US\$ 168 milhões, dos quais R\$ 85 milhões foram investidos até 2003. O Centro Seguro promoveu o aumento do efetivo da Guarda Civil Municipal, que já totaliza 800 homens, e a instalação de oito bases comunitárias 24 horas, além da substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de sódio. A Prefeitura e diversas secretarias mudaram para o centro, e as empresas que querem se instalar na região recebem incentivos.

Área social recebe 30% dos recursos

A área social receberá 30% dos recursos investidos. O programa promove a restauração e a reforma de prédios residenciais pelo programa Morar no Centro, oferece arrendamento residencial na região, faz a inclusão social da população de rua por meio da Oficina Boracea, concede bolsas do Programa Operação Trabalho para a capacitação de ex-ambulantes e de fiscais da região, e realiza a intermediação de mão de obra para o mercado formal, autônomo e de negócios populares, com 400 vagas de trabalho já intermediadas pelo programa São Paulo Inclui.

Freqüência de limpeza aumenta 30%

Para combater a degradação urbana, foi feita a recuperação do corredor cultural formado pela praça do Patriarca, rua Xavier de Toledo, praça Ramos de Azevedo e praça Dom José Gaspar, com substituição do piso e da iluminação e com a implementação de projetos de paisagismo. Também foram reformados calçadões da região central. O programa foi responsável pela implementação do modelo de zeladoria especial em manutenção e remoção do lixo, na busca pela qualidade ambiental. Isso gerou aumento de 30% na freqüência de limpeza da área e recursos para programas especiais de coleta seletiva, com a inauguração da Central de Triagem da Sé.

Mais investimentos em 2004

Para 2004 o investimento previsto é de R\$ 235 milhões. Haverá reforma de abrigos e albergues, criação de shoppings populares, Locação Social (oferta de 1.103 novas unidades), Centro de Jovens Praça Prates (atendimento de jovens e estímulo à cidadania), rua dos Italianos (atendimento de jovens e população idosa) e Loja Social. Serão feitas obras e reformas no Mercado Municipal, no Palácio das Indústrias, no Parque Dom Pedro 2º, na praça da Sé, na praça da República, na praça Roosevelt, na rua Vieira de Carvalho e no Largo do Arouche. Também serão construídos dois piscinões, para combater as enchentes.

Centralidades Urbanas implantou 50 espaços de convivência e lazer em áreas públicas

Criar ambientes de convivência em áreas públicas nas regiões carentes da cidade é o objetivo do programa Centralidades Urbanas. Assim, a Prefeitura implantou equipamentos de cultura, lazer e esporte e de referência paisagística ambiental em 50 áreas de exclusão social nas diversas regiões da cidade.

A biodiversidade como fator de qualidade de vida urbana é um dos elementos norteadores destes espaços, implantando espécies arbóreas raras na cidade juntamente com espécies arbustivas e forrações que embelezam os espaços.

Também foram ampliadas as áreas permeabilizadas contribuindo com a microdrenagem da região e construídos equipamentos públicos de qualidade para atendimento dos moradores e transeuntes, como pistas de corrida ou caminhada, skate e bicicross; quadras de esportes; playgrounds lúdicos; praças internas (estares) com bancos e mesas de jogos, descanso e encontros; palcos para eventos culturais e concentração de pessoas; mirantes; relógios de sol; espaços para cinema ao ar livre, entre outros.

Em algumas áreas foram construídos ou reformados centros culturais, bibliotecas, brinquedotecas, telecentros, postos de polícia comunitária, centro de capacitação ao trabalhador (com pequeno teatro) e centro geriátrico. Todos os espaços foram iluminados para seu pleno uso noturno, com nova sinalização viária e recuperação do piso asfáltico.

ANEXO

Evolução da Receita Real - 2000 a 2004 - R\$ mil – janeiro de 2004

I T E N S	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004*
RECEITA TOTAL	10.869.539,8	11.502.867,2	11.201.504,0	11.245.622,3	13.813.101,5
RECEITAS CORRENTES	10.647.357,6	11.358.328,0	10.975.024,5	10.791.832,8	12.798.223,0
Receita Tributária	4.973.164,6	5.156.985,8	5.295.641,6	5.305.350,9	6.160.435,5
Impostos	4.801.010,9	4.970.757,2	5.091.169,7	4.962.955,4	5.744.012,2
IPTU	1.835.927,4	1.843.548,2	1.992.647,4	2.001.721,5	2.206.469,5
ISS	2.296.750,4	2.374.152,6	2.337.385,1	2.256.544,9	2.786.206,2
ITBI	287.394,2	267.882,6	299.641,4	236.180,8	309.810,1
IR	380.763,4	485.109,2	461.268,8	468.087,5	441.482,0
IVV	175,5	64,7	226,9	420,7	44,5
Taxas	171.244,2	184.576,5	202.861,3	341.494,2	414.737,1
TFLIF /TFE	99.766,7	112.047,6	119.854,2	103.141,9	153.903,9
TFA	27.920,2	34.380,3	27.764,5	38.200,9	36.652,0
Taxa de Limpeza Pública (extinta)	1.411,3	1.307,4	459,2	382,6	1.170,3
TRSD	-	-	-	124.193,6	185.540,5
TRSS	-	-	-	3.989,0	5.992,4
Taxa de Constr. Arruam. e Loteamentos	38.402,1	33.079,5	51.053,8	67.777,4	27.552,8
Outras taxas	3.743,9	3.761,7	3.729,6	3.808,8	3.925,3
COSIP	-	-	-	36.684,3	154.856,7
Outras Receitas Tributárias	909,4	1.652,2	1.610,6	901,3	1.686,3
Receita Patrimonial Imobiliária	9.589,6	15.439,9	16.094,0	11.945,1	12.813,9
Receita Patrimonial Mobiliária	68.128,5	191.103,4	236.877,1	189.318,5	155.671,4
Juros de Títulos de Renda	64.455,0	186.237,6	232.738,0	161.732,9	144.261,6
Outras Receitas Patrimônias Mobiliárias	3.673,5	4.865,7	4.139,0	27.585,6	11.409,8
Receita Industriais e de Serviços	41.104,4	44.726,1	47.598,0	36.188,9	34.321,1

* O Orçamento de 2004, aprovado pela Câmara Municipal, prevê receita total de R\$ 14,3 bilhões. Os dados de 2004, aqui publicados, são previsões baseadas na arrecadação executada em janeiro de 2004.

I T E N S	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Transferências e Convênios	4.098.459,8	4.345.620,8	4.437.278,2	4.384.046,0	5.238.890,9
Da União	180.513,0	286.649,6	374.399,5	541.332,3	986.217,2
FPM	42.454,3	45.911,1	53.387,5	48.300,0	54.573,1
ITR	379,1	449,3	985,4	546,3	642,6
SUS	13.863,6	134.341,5	210.647,5	383.112,3	789.352,0
Gestão Plena				152.154,0	498.640,0
PAB				169.024,9	164.873,4
Vigilância Epidemiológica				20.622,8	31.667,6
Outras				41.310,6	94.171,0
FNDE	23.912,2	22.240,5	21.100,7	197,2	29.818,9
Imposto sobre Ouro	4,1	2,8	5,8	109,7	108,2
Lei Kandir	95.300,6	79.448,2	78.940,8	74.209,0	95.278,9
Outras Transf. e Conv. da União	4.599,2	4.256,1	9.331,8	34.857,9	16.443,5
Do Estado	3.225.773,2	3.338.534,9	3.291.114,6	3.106.110,4	3.440.402,6
ICMS	2.369.820,1	2.393.903,7	2.331.938,5	2.236.466,4	2.423.251,3
IPVA	762.200,2	831.892,7	857.975,2	775.483,2	780.848,0
IPi (Exportação)	27.411,7	27.221,6	23.624,7	19.863,9	20.756,4
QESE	63.423,6	81.259,5	75.443,7	64.958,7	90.596,9
Outras Transferências e Convênios do Estado	2.917,5	4.257,5	2.132,5	9.338,2	124.950,0
FUMDES	2.917,5	4.257,5	528,1	1.802,3	1,0
Demais	-	-	1.604,4	7.535,9	124.949,0
FUNDEF	692.173,6	718.616,7	768.992,0	726.300,7	809.749,8
Outras Transferências e Convênios (privadas, externas e Fome Zero)	-	1.819,6	2.772,1	10.302,6	2.521,2
Multas	632.564,4	511.320,3	444.248,3	448.460,0	487.014,2
Dos Tributos	61.281,3	62.751,0	59.973,6	48.631,0	57.512,7
Da Dívida Ativa dos Tributos	-	-	-	76.740,4	69.847,7
De Trânsito	558.841,9	434.884,0	375.378,1	312.125,2	344.869,5
Outras Multas	12.441,2	13.685,3	8.896,5	10.963,4	14.784,3

I T E N S	2.000				2.001				2.002				2.003				2.004			
Receita da Dívida Ativa			244.645,7				293.596,7				306.719,9				199.854,3				265.117,3	
Outras Receitas Correntes			579.700,6				799.534,9				190.567,5				179.984,8				289.102,0	
Cancelamento de Restos a Pagar			520.980,1				659.798,2				118.242,7				96.995,1				98.580,0	
Demais			58.720,5				139.736,7				72.324,8				82.989,8				190.522,0	
RECEITAS DE CAPITAL			222.182,2				144.539,2				226.479,5				453.789,5				1.014.878,5	
Operações de Crédito			149.270,5				95.638,0				202.253,3				381.986,4				721.675,1	
Operações de Crédito Internas			8.625,9				50,8				100.290,6				311.656,3				517.387,3	
CEF			1.980,9				49,0				-				-				16.331,4	
Guarapiranga			6.644,9				1,8				-				-				-	
BNDES- Transporte			-				-				61.700,9				144.799,7				56.918,4	
BNDES - Transporte II			-				-				-				166.856,5				393.017,2	
PMAT - BNDES			-				-				38.589,6				-				51.120,3	
Operações de Crédito Externas			140.644,6				95.587,2				101.962,8				70.330,2				204.287,8	
BID - PROCAV II			56.982,0				55.673,6				42.371,0				46.703,9				45.805,3	
BID - PROVER (CINGAPURA)			83.662,7				39.913,6				59.591,7				23.626,3				3.865,4	
BID - PROCENTRO			-				-				-				-				154.617,1	
Transferências + Convênios			3.105,0				4.011,1				17.466,9				16.303,7				135.942,4	
Da União			1.167,8				1.172,8				10.549,7				12.071,8				135.890,2	
FUMDES			-				-				3.697,4				3.103,4				15.626,2	
FNDE			-				-				1.632,7				-				1.624,4	
Demais			1.167,8				1.172,8				5.219,5				8.968,4				118.639,6	
Do Estado			1.937,3				2.838,3				6.884,5				-				-	
FUMDES			1.937,3				2.838,3				-				-				-	
Demais			-				-				6.884,5				-				-	
Outras Transferências e Convênios (privadas e do exterior)			-				-				32,7				4.231,9				52,2	
Demais Receitas de Capital			69.806,6				44.890,1				6.759,3				55.499,3				157.261,0	

Siglas utilizadas na tabela Evolução da Receita Real

- IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)
- ISS (Imposto Sobre Serviços)
- ITBI (Imposto Sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis)
- IR (Imposto de Renda)
- IVV (Imposto Sobre Vendas a Varejo)
- TFLIF (Taxa de Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento)
- TFE (Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos)
- TFA (Taxa de Fiscalização Ambiental)
- TRSD (Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares)
- TRSS (Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde)
- COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública)
- FPM (Fundo de Participação dos Municípios)
- ITR (Imposto Territorial Rural)
- SUS (Sistema Único de Saúde)
- PAB (Piso Assistencial Básico)
- ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)
- IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores)
- IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
- QESE (Quota Estadual do Salário-Educação)
- FNDES (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação)
- FUMDES (Fundo Municipal de Desenvolvimento da Saúde)
- PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos)
- PROCAV (Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale)
- PROVER (Programa de Urbanização e Regularização de Favelas)
- PROCENTRO (Programa de Revitalização do Centro)
- CEF (Caixa Econômica Federal)
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

Prefeitura do Município de São Paulo

Prefeita
Marta Suplicy

Secretário de Governo Municipal
Rui Falcão

Elaboração do Balanço de Gestão
Coordenação

Ubiratan de Paula Santos

Equipe Técnica
Supervisão
José Salan Barbosa Melo

Pesquisa
Ângela Maria Barbosa
Eduardo Brandão
Fernando Luiz Rodrigues
Marta de Aguiar Bergamin
Marta Rúbia de Rezende
Mércia Consolação da Silva
Roseli Coelho
Vanúzia Almeida Rodrigues

Colaboração
Aluisio Teixeira Junior
Andréa Martins de Andrade
David Bertolini
Edson Lopes da Silva Monteiro
Emilio Boyago Jardim
Inês Maria Rodrigues
Ladislau Dowbor
Roberto Hatsushika Ogo

Suporte Técnico e Operacional
Equipe do SISEM – Sistema de Informações Sócio Econômicas Municipais/
Assessoria de Planejamento/Secretaria de Governo Municipal

Secretaria
Maria Christina de Siqueira Rodrigues

Edição
Mariana Carvalho